



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XII LEGISLATURA (2022-2026)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 6 DE FEVEREIRO DE 2024

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Celmira Sacramento
Secretários: Ex.^{mos} Srs. Bilaine Ceita
Ex.^{mos} Srs. Silvestre Mendes
José Rui Cardoso

SUMÁRIO

A Sra. Presidente deu início aos trabalhos às 9 horas e 35 minutos.

Procedeu-se ao empossamento de três Deputados substitutos à Assembleia Nacional.

Depois da leitura dos expedientes, passou-se às declarações políticas do MLSTP/PSD e do ADI.

Na declaração política do MLSTP/PSD, o Sr. Deputado Wuando Castro declarou que o líder da Federação das Organizações Não Governamentais (FONG/STP) denunciou publicamente a existência de um clima de medo em São Tomé e Príncipe, facto que foi contrariado pelo Primeiro-Ministro, numa entrevista à RTP-África. Na sua entrevista ameaçou a oposição e segundo o Sr. Deputado Wuando Castro isso é um sinal claro do clima de medo. Pediu ao Sr. Primeiro-Ministro, caso tenha queixas da oposição, que remeta todos os processos ao Ministério Público. Criticou as medidas de segurança extras tomadas aquando das reuniões plenárias, pois só acontecem com a presença do Primeiro-Ministro. Criticou o atraso na discussão do OGE e das GOP para o ano 2024 e referiu que o Governo está mais gordo, com mais direcções criadas e mais tachos para os companheiros, mas com as fontes de recursos tanto internas, como externas, cada vez mais escassas.

Por sua vez, o Sr. Deputado Nito Abreu, na declaração política do ADI não escondeu que o ano 2023 foi um ano difícil devido a conjuntura nacional e internacional, mas que serviu para o Governo construir bases sólidas para o relançamento socio-económico do País. Também falou da conclusão do acordo para o início da obra da Marginal e o início de construção de algumas infra-estruturas rodoviárias. Disse também que o País não contou com o apoio da oposição, que apenas fazia críticas desprovidas de fundamentos e que desejava sempre o insucesso do Governo.

Em assuntos políticos de interesse relevante, o Sr. Deputado Cílcio Santos (MLSTP/PSD) abordou a questão da revista aos Deputados e aos funcionários da Casa Parlamentar. Disse que isso revela uma afronta ao Estado de Direito Democrático, ao Estatuto dos Deputados e as demais leis da República, uma vez que é feita esporadicamente e quando convém à Mesa, e o Sr. Deputado Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD) também partilhou da mesma opinião. E o seu comentário mereceu reacção da Mesa.

Em assuntos políticos de interesse relevante, o Sr. Deputado José António Miguel (ADI) saiu em defesa da Sra. Presidente, por causa do seu despacho sobre a revista aos Deputados, informando que ela se socorreu do artigo 28.º na alínea k) que dá a Presidente prerrogativas para tomar as medidas que entender convenientes. Apelou aos são-tomenses que emigram, para não levarem uma

imagem negativa do país, pois isso não é nada abonatório para o nosso país que vive do Turismo.

Ainda em assuntos políticos de interesse relevante, o Sr. Deputado Conceição Moreno (MLSTP/PSD) levantou questões sobre as grandes dificuldades do Príncipe, tais como o aumento do desemprego, emprego desqualificado, com salários muito baixos, e a inflação que não pára de crescer. Gostaria de ter informações sobre políticas públicas, sobretudo essas que são implementadas na Região Autónoma do Príncipe e sobre o impacto positivo da governação no Príncipe, tanto do Governo Central como também do Governo Regional, porque quase que nunca se fala de Príncipe.

Em assuntos políticos de interesse relevante, o Sr. Deputado Edmilson Neves (ADI) colocou questões para a reflexão dos Deputados e apelou a que o palco da Assembleia Nacional seja um palco de aprendizagem e propôs para que este ano seja um ano de mudança para dignificar a imagem da Casa Parlamentar.

A Sra. Deputada Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN) apelou para que o ano 2024 seja um ano de amor e de solidariedade. Também falou do acidente de viação ocorrido em Angolares. Parabenizou as comunidades de Angra Toldo Praia e Porto Alegre por terem água potável e felicitou o pessoal da Área de Saúde de Caué pelos esforços feitos para o bom funcionamento dos serviços, mesmo com poucos recursos. O Sr. Levy Nazaré (BASTA) na sua intervenção, parabenizou o Governo pela estabilidade energética. Disse que os Partidos Políticos têm que acabar com o ódio, com a perseguição e com a revanche, pois no futuro o País vai precisar de pessoas comprometidas para pensar sempre nas melhores opções para todos nós são-tomenses.

Em assuntos políticos de interesse relevante, o Sr. Deputado Wuando Castro (MLSTP/PSD) falou da questão da revista aos Deputados e disse que no fundo isso não passa de um show-off, pois realmente não encaram a questão da segurança com seriedade, porque no dia da reunião plenária não havia controlo em todas as saídas e entradas.

Falou também sobre os inquéritos que são anunciados pelo Governo, mas que nunca se chega a conhecer os seus resultados.

Por sua vez, o Sr. Arlindo Santos (ADI) apelou ao Governo para ter mão dura, para com as pessoas que estão a vandalizar as cabines da EMAE que ficam localizadas nas zonas, porque esta acção fez com que houvesse corte de luz no final de semana.

Por último a Sra. Deputada Izilda Domingos (ADI) apelou a todos para pararem com ignorância, parvoíce, ódio e vingança, para juntos podermos desenvolver o nosso país.

Ainda no período antes da ordem do dia, os Deputados aprovaram por unanimidade dois Projectos de Voto de Pesar, o primeiro n.º 11/XII/3.ª/2024 – Pelo passamento físico do ex-Deputado Sr. José Fret Lau Chong e o segundo n.º 12/XII/3.ª/2024 – Pelo passamento físico da ex-Deputada Sra. Maria do Rosário Neto Afonso de Barros. Intervieram os Srs. Deputados Levy Nazaré (BASTA) e Danilo Santos (MLSTP/PSD).

Ordem do dia. – Foram discutidos e aprovados, na generalidade, especialidade e em votação final global, os Projectos de Resolução: n.º 57/XII/3.ª/2023 – Assentimento para que a Sua Excelência o Presidente da República se ausentar do Território Nacional, com destino à Portugal, entre os dias 12 e 19 de Dezembro e n.º 58/XII/3.ª/2024 – Assentimento para que o Presidente da República possa se ausentar do Território Nacional, entre os dias 19 e 21 de Janeiro, com destino à República Democrática do Congo.

Foram discutidas e aprovadas, na generalidade, especialidade e em votação final global, as Propostas de Resolução: n.º 25/XII/3.ª/2023 – Assentimento para que o Presidente da República autorize a entrada do Navio Patrulha Alto Mar da Marinha Francesa denominado *Enseigne de Vaisseau Jacobet* no período de 30 de Dezembro a 2 de Janeiro de 2024; n.º 59/XII/3.ª/2024 – Orçamento da Assembleia Nacional para o ano económico 2024; n.º 23/XII/3.ª/2024 – Acordo de Empréstimo entre a

República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) no âmbito do Projecto de Reforço de Infra-estrutura do Sistema de Pagamentos e Inclusão Financeira; n.º 26/XII/3.ª/2023 – Acordo que Estabelece a Criação da Facilidade Africana de Assistência Jurídica; n.º 26/XII/3.ª/2023 – Acordo que Estabelece a Criação da Facilidade Africana de Assistência Jurídica e a Proposta de Lei n.º 24/XII/3.ª/2024 – Autorização Legislativa para Legislar sobre o Sector Propriedade de Meios de Produção.

Os Srs. Ministros da Presidência do Conselho de Ministros, dos Assuntos Parlamentares e de Coordenação Sustentável (Lúcio Daniel Lima Magalhães) e o Sr. Ministro do Planeamento e Finanças (Ginésio da Mata) apresentaram as propostas de resolução. E na apresentação dos pareceres e na discussão intervieram os Srs. Deputados: Arlindo Santos (ADI), Gabdulo Quaresma (MLSTP/PSD), Osvaldo Vaz, Conceição Moreno (MLSTP/PSD), Raúl Cardoso (MLSTP/PSD), Levy Nazaré (BASTA), José António Miguel (ADI), Ekeneide Santos(ADI), Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN) e Sólito Cunha Lisboa (ADI).

A Sra. Presidente encerrou a sessão quando eram 16 horas e 45 minutos.

A Sra. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 35 minutos.

Estavam presentes as seguintes e os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **d' Oliveira**

Alberto da Trindade Luís

Aleksander Monteiro **Lima**

Arlindo Quaresma dos **Santos**

Bilaine Carvalho Viegas **de Ceita** do Nascimento

Celmira de Almeida **do Sacramento** dos Santos Lourenço

Danilo Francisco dos Santos Quaresma

Edmilson das **Neves** Amoço

Ekeneide Lima dos **Santos**

Elísio Osvaldo do Espírito Santo d' Alva **Teixeira**

Hélder Santana de **Nascimento**

Honório da Luz **Sousa** **Pontes**

Itelmiza Duarte Monteiro **Pires**

Izilda Quaresma dos Ramos **Domingos**

Jorge Sousa Pontes Amaro **Bondoso**

José António do Sacramento **Miguel**

José Carlos Cabral d' Alva

Jozino Malupane da **Veiga**

Laudino Afonso de **Jesus**

Lourenço Aguiar **Freitas**

Messias Luís **Fernandes** **Pereira**

Nito de Sousa **Viegas** d' **Abreu**

Orlando Borges **da Mata**

Ossáquio Perpétua **Riôa**

Pedro Jorge de Abreu e **Carvalho**

Salgueiro André da Silva **Tioló**

Silvestre Moreno **Mendes**

Sólito da **Cunha** **Lisboa** Neto

Teodorico de **Campos**

Wilter Kathelen das Neves **Boa Morte**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adelino Cruz **José da Costa**

Adllander Costa de **Matos**

Arlindo **Barbosa** Semedo

Cílcio Sodjy da Vera Cruz Bandeira Pires dos **Santos**

Conceição Vieira **Moreno**

Danilo Neves dos **Santos**

Elákcio Afonso da **Marta**

Ester Tomé **Will**

Filomena Sebastião Santana **Monteiro** D' Alva

Gabdulo Luís **Fernandes** da Fonseca **Quaresma**

Guilherme **Octaviano** Viegas dos Ramos

Jerónimo Pires **Quaresma**

José Rui **Tavares** **Cardoso**

José Maria Afonso de **Barros**

Oswaldo **Eduardo** **João**

Oswaldo Tavares dos Santos **Vaz**

Raúl do Espírito Santo **Cardoso**

Wuando Borges de **Castro** de Andrade

Movimento de Cidadãos Independentes/Partido Socialista – Partido de Unidade Nacional (MCI/PS-PUN)
Avelino Prazeres Conceição
Beatriz da Veiga Mendes Azevedo
Eldimiro Emiliano Manuel
Gustavo Pereira d' Assunção Neto
João Leonardo de Pina da Trindade Batista

Movimento BASTA (MB)
Daniel Ambrósio dos **Santos**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**

A Sra. **Presidente**: — Deveríamos começar a nossa sessão, mas houve uma pequena avaria com o transporte que trazia o Sr. Deputado, um Deputado e outro cidadão que também vem e será empossado hoje. Sem eles não podemos começar a nossa primeira actividade, que é o empossamento dos novos deputados, por isso eu peço que aguardemos mais 10 minutos.

Pausa.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Técnicos da nossa Casa Parlamentar, todos e todas que nos escutam e que nos acompanham lá onde quer que estejam, a todos muito bom dia.

Tendo em conta que é a primeira vez que estamos numa sessão plenária no ano 2024 desejo a todos e a todas um bom ano.

O deputado que se encontrava atrasado, o deputado não, o cidadão que vai ser empossado já chegou, portanto vamos começar.

Tem a palavra a Sra. Secretária.

A Sra. **Secretária** (Bilaine Ceita): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Técnicos da Assembleia Nacional, Povo de São Tomé e Príncipe, muito bom dia.

Vou proceder à leitura do Termo de Posse dos Deputados à Assembleia Nacional.

Os Srs. Deputados, eleitos e substitutos, prestaram juramento nos termos constitucionais.

A Sra. **Presidente**: — Os meus parabéns aos empossados. Sejam bem-vindos à nossa Casa.

Tem a palavra a Sra. Secretária para fazer a leitura dos anúncios ou expedientes realizados pela Mesa.

A Sra. **Secretária**: — Em termos de projectos de lei, temos a iniciativa n.º 4 da autoria de um grupo de deputados. Trata-se da Nova Lei Orgânica do Banco Central, deu entrada no dia 17 de Agosto de 2023, já foi aprovada na generalidade no dia 3 de Dezembro e neste momento decorre a análise na especialidade na 2.ª Comissão. Temos também a iniciativa n.º 5 que é de um grupo de Deputados, nomeadamente Elísio Teixeira, Arlindo Santos e Edmilson Amoço, cujo assunto é o Projecto de Lei n.º 5, de 6 de Outubro, Lei de Segurança Interna. Esta iniciativa encontra-se pendente aguardando que os proponentes regularizem algumas situações verificadas.

Em termos de projectos de resolução, temos o Projecto de Resolução n.º 43, da autoria da Mesa da Assembleia Nacional, que aprova as Contas Gerais do Estado referentes aos exercícios económicos dos anos 2018/2019. Tem parecer da 2.ª Comissão. Temos também a iniciativa 57, da autoria da Mesa da Assembleia Nacional, cujo assunto é o Assentimento para que o Presidente da República se ausente do Território Nacional com destino à Portugal entre os dias 12 e 19 de Dezembro do ano 2023, para uma missão oficial. Esta iniciativa foi vista em conferência de líderes, e neste momento falta a sua regularização e vamos fazê-lo nesta reunião plenária. Temos a iniciativa n.º 58 da autoria da Mesa da Assembleia Nacional cujo o assunto é o Assentimento para que o Presidente da República possa se ausentar do Território Nacional com destino à República do Congo entre os dias 19 e 21 de Janeiro do ano 2024, para uma missão oficial. Também foi vista na conferência de líderes e será regularizada nesta reunião plenária. Temos a iniciativa n.º 59 em que um grupo de Deputados à Assembleia Nacional e o Conselho de

Administração da Assembleia Nacional são os autores. O assunto é o Orçamento da Assembleia Nacional para o Ano Económico 2024, está pendente e vamos proceder à sua análise nesta reunião plenária. A iniciativa n.º 60 que aprova a Conta Geral do Estado referente ao exercício económico do ano 2020, tem o parecer da 2.ª Comissão. E temos também a iniciativa n.º 61 da autoria da Mesa da Assembleia Nacional, cujo assunto é autorização para que a 1.ª Comissão possa funcionar no período das férias parlamentares, também este assunto será analisado e discutido nesta reunião plenária.

Em termos de propostas de leis, temos a iniciativa de n.º 21 da autoria do XVIII Governo Constitucional que aprova as Grandes Opções do Plano para o Ano Económico de 2024. Deu entrada do dia 15 de Dezembro 2023 e tem os pareceres de todas as Comissões e pendente na 2.ª Comissão. Temos a iniciativa n.º 22 da autoria do XVIII Governo Constitucional que aprova o Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2024 também na mesma situação, foi vista em todas as Comissões Especializadas. A iniciativa n.º 23 da autoria do XVIII Governo Constitucional, Lei Sobre os Contratos Públicos, deu entrada no dia 11 de Dezembro de 2023, e foi admitido no dia 29 de Dezembro de 2023, foi baixada a 1.ª Comissão para análise e parecer. Iniciativa n.º 24 do XVIII Governo Constitucional Lei de Autorização Legislativa para Legislar sobre Sector de Propriedade dos Meios de Produção, deu entrada no dia 10 de Janeiro de 2024, foi admitida no dia 25 de Janeiro de 2024 e está agendada para esta reunião plenária. Iniciativa n.º 25 do XVIII Governo Constitucional cujo o assunto é alteração da Proposta de Lei n.º 22 que aprova o Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2024. Deu entrada no dia 23 de Janeiro e foi admitida no dia 25 de Janeiro. Tem o parecer final da 2.ª Comissão e a sua discussão está agendada para esta reunião plenária.

Em termos de proposta de resolução, temos a Proposta de Resolução n.º 23 da autoria do XVIII Governo Constitucional cujo assunto é o Acordo de Empréstimo entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Banco Africano de Desenvolvimento no âmbito do projecto de reforço de infra-estrutura do sistema de pagamento e inclusão financeira. Deu entrada no dia 15 de Dezembro 2023 e tem o parecer da 2.ª Comissão. A proposta de resolução n.º 24, da autoria do XVIII Governo Constitucional, Acordo de Empréstimo entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Banco Europeu de Investimento visando a melhoria do sistema de abastecimento de água potável na cidade de São Tomé e arredores. Data de entrada, 19 de Dezembro de 2023. Temos a proposta de resolução n.º 25, Assentimento ao Presidente da República para autorizar a entrada do Navio de Patrulha Alto Mar da Marinha Francesa denominado *Enseigne de Vaisseau Jacoubet* no período de 30 de Dezembro a 2 de Janeiro de 2024 em missão oficial. A sua discussão está agendada para o dia de hoje. Temos a Proposta de Resolução n.º 26 Acordo que Estabelece a Criação de Facilidade Africana de Assistência Jurídica que deu entrada no dia 20 de Dezembro, e foi baixada a 1.ª Comissão e está agendada para o dia de hoje.

Temos ainda dois votos de pesar, o voto de pesar n.º 11 pelo passamento físico do ex. Deputado Sr. José Fret Lau Chong e o voto de pesar n.º 12 pelo passamento físico da ex. Deputada Sra. Maria do Rosário Neto Afonso de Barros, que também está agendado para hoje.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Secretária.

Temos os pedidos dos três grupos parlamentares, para intervenção neste período. O Grupo Parlamentar do MCI-PS/PUN não vai fazer declaração política.

Assim sendo, passo a chamar o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, na pessoa do Sr. Deputado Wuando Castro.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Tem 10 minutos.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, sendo essa a sua primeira sessão, aproveito para dar-lhe as boas-vindas e desejar-lhe os maiores sucessos nesta sua nova função.

Sras. e Srs. Deputados, Técnicos da Assembleia Nacional, da Comunicação Social e Povo de São Tomé e Príncipe, bom dia.

«Há cerca de 2 semanas, no arranque das comemorações da quinzena da cidadania, o líder da Federação das Organizações Não Governamentais (FONG/STP) denunciou publicamente a existência de um clima de medo em São Tomé e Príncipe que, segundo ele, tem condicionado a participação activa das organizações da sociedade civil na vida política nacional, sobretudo no que diz respeito à defesa dos direitos humanos. Acrescentou ainda que as pessoas têm medo de exprimir livremente o que pensam, sobretudo de criticar o poder instalado considerando que os acontecimentos de 25 de Novembro de 2022, onde a linha vermelha foi ultrapassada com a tortura e o assassinato de quatro cidadãos no Quartel

General, colocaram a sociedade civil em alerta e mostraram que este nosso país com fama de ter brandos costumes e gente pacífica e de bem está a caminhar para um beco sem saída.»

Uma voz do ADI: — Oooooohh!

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — «Alguns dias depois desta declaração, o Sr. Primeiro-Ministro afirmou solenemente numa entrevista na RTP África que a existência de um clima de medo em São Tomé e Príncipe era uma falsa questão, que o País vive um clima de normalidade e que todos podem dizer e fazer o que quiserem sem sofrer represálias ou serem ameaçados. É caso para dizer, brincadeira tem horas e tem limites! Mas, como o Sr. Primeiro Ministro passa mais tempo fora do País, naturalmente não está a par da real situação que vivemos, em todos os aspectos da nossa vida social, política e económica, acreditamos que estava a falar de uma outra realidade qualquer, de um outro país qualquer. O engraçado é que nesta mesma entrevista, minutos depois, quando se referia ao papel da oposição no actual contexto político social são-tomense, o Sr. Primeiro-Ministro afirmou categoricamente que os membros da oposição estavam e passo a citar “com muito tempo livre e que se calhar era melhor o Governo encaminhar alguns processos para o Ministério Público para eles terem com o que se preocupar” fim de citação.»

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — Agora sim.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — «Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Membros da Comunidade Internacional, Povo de São Tomé e Príncipe, esta ameaça arrogante e demagógica é mais um sinal claro que realmente o clima de medo está instalado no País, ... »

Aplausos do MLSTP/PSD.

«... e que há uma indisfarçada tentativa do poder actual em condicionar o trabalho da oposição e silenciar os seus membros. Por outro lado, esta atitude do Sr. Primeiro-Ministro vem demonstrar claramente que este Governo tem os seus tentáculos bem implantados no Sistema Judiciário Nacional, ... »

Murmúrios do ADI.

«... aproveitamos a oportunidade, ...»

Uma voz do ADI: — Deixa disso pá!

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — «... para pedir ao Sr. Primeiro-Ministro para não guardar nenhum processo na gaveta e para remeter ao Ministério Público, todos os factos ou indícios de qualquer crime praticado pelos membros da oposição, porque quem não deve não teme.»

Aplausos do MLSTP/PSD.

«Em sede própria saberemos nos defender e refutar toda e qualquer falsa acusação que nos quiserem imputar. Mesmo aqui nesta Casa Parlamentar, na Assembleia do povo, o clima de medo está instalado e há uma clara intenção de intimidar e humilhar os Deputados, sobretudo os Deputados da oposição, com a conivência e subordinação da Sra. Presidente da Assembleia Nacional.

O Sr. Primeiro-Ministro participa em várias actividades políticas e governativas pelo país fora, nos hotéis, nas salas de conferências, ou em actividades ao ar livre e nunca vemos nenhuma medida de segurança extra ou o reforço da sua guarda pretoriana. Ainda no passado sábado, nas comemorações de 3 de Fevereiro, esteve em Fernão Dias, com o Sr. Presidente da República e outros titulares dos Órgãos de Soberania, no meio de vários convidados e da população, e não vimos nenhuma medida de segurança extra, não vimos nenhum aparato anormal das Forças de Segurança e ninguém foi revistado antes de aceder ao recinto das actividades.»

Uma voz do ADI: — Eles são mais confiáveis.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — «Mas quando o Sr. Primeiro-Ministro é convidado a vir a Assembleia Nacional, a nossa Casa Parlamentar, orienta a Sra. Presidente da Assembleia Nacional, a

convocar um dispositivo de segurança desproporcional como se estivéssemos a viver num Estado de Sítio ou de Emergência e a colocar em prática o famoso despacho n.º 19/2022, que proíbe o acesso do público às instalações do Palácio dos Congressos e à sala de reuniões, em clara violação do artigo 129.º do Regimento da Assembleia Nacional, que determina a possibilidade de presença do público em reuniões plenárias, e impõe revista aos Deputados e aos funcionários, em clara violação do Estatuto dos Deputados, numa atitude ditatorial na lógica do quero, posso e mando ou neste caso, em particular, na lógica do Primeiro-Ministro que ele pode, ele manda. É caso para perguntar, há ou não um clima de medo em São Tomé e Príncipe? Há ou não uma tentativa clara do poder actual em silenciar a oposição e os membros da sociedade civil organizada? A resposta é óbvia, mas da nossa parte, enquanto o maior Partido da oposição, não nos vamos calar, e nem vamos baixar os braços na defesa dos valores do Estado de Direito Democrático e dos superiores interesses do povo de São Tomé e Príncipe.

Caros Deputados, com mais de 2 meses de atraso finalmente iremos dar início a discussão do OGE e das GOP para o ano 2024. Está agendado para amanhã. Um Orçamento Geral do Estado irrealista, com previsão de um aumento exponencial das despesas correntes num contexto de crise nacional e mundial, e sem assinatura do programa com o FMI. Ou seja, temos um Governo mais gordo, temos mais direcções criadas, mais tachos para os companheiros, mais despesas previstas e as fontes de recursos tanto internas, como externas, cada vez mais escassas. Mesmo assim, o Sr. Primeiro-Ministro continua a dizer que o ano de 2024 será melhor, de que o ano 2023. É esse mundo de ilusão que este Governo tem nos vendido desde Novembro de 2023. Mas a dura realidade é outra e o povo tem-na sentido na pele, o custo de vida continua alto, a inflação descontrolada, o desemprego atingindo números históricos, os salários continuam a ser pagos com atrasos, hoje dia 7, há muita gente que ainda não recebeu o salário, ...»

Murmúrios do ADI.

«... e com recurso a crédito bancário.

Os produtos nacionais aumentaram de preço, há escassez de vários produtos importados no mercado, não há medicamentos e consumíveis nos Hospitais e Centros de Saúde, os assaltos e roubos aumentaram, o abandono do país por parte de jovens, dos enfermeiros, dos professores, dos carpinteiros, dos canalizadores, dos electricistas e outros continuam a atingir números preocupantes. Com os nossos emigrantes a enfrentarem situações adversas em Portugal, sem que o Governo ao menos comece a reflectir sobre a forma de lidar com este grave problema, com consequências incalculáveis para o País no futuro. Até a famosa reserva internacional líquida que foi motivo de tanta crítica no passado, encontra-se nesse momento quase no nível zero, segundo os dados estatísticos do Banco Central. Os importadores têm que fazer os chamados *bila ka ba* para conseguirem pagar os produtos no exterior. Por...»

O Sr. **Jorge Bondoso** (ADI): — É teu *business* de petróleo.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — «... outro lado, os projectos estruturantes com financiamentos garantidos não avançam ou são sempre adiados, como o caso das pontes de Lembá, do Hospital de referência, ou do projecto da Marginal que era pra ter começado desde o ano passado e agora está adiado para o mês de Março.

Povo de São Tomé e Príncipe, só um cego é que não vê que há algo de muito errado a acontecer nesta governação. Só um cego é que não vê que o Governo está desnorтеado, sem rumo, a agir de improviso, e a empurrar a coisa com a barriga, talvez à espera de um milagre.»

Murmúrios do ADI.

«Milagres acontecem, mas é preciso ter mais do que simples fé, é preciso ser competente, meter a mão na massa e trabalhar, trabalhar a sério com transparência e com consciência, só assim é que Deus responde as nossas preces.

Muito obrigado pela vossa atenção.»

Aplausos do MLSTP/PSD.

Volto a dizer, Srs. do Governo, Srs. Deputados, têm acusação, têm provas, metam no Ministério Público, não fiquem só a mandar boca por aí.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Wuando Castro, pela declaração política do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

Chamo agora para uma intervenção, que vai ser a declaração política do Grupo Parlamentar do ADI, na voz do Sr. Deputado Nito Abreu.

Tem a palavra o Sr. Deputado.

O Sr. **Nito Abreu** (ADI): — Excelentíssima Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Excelentíssimos Srs. Deputados e Sras. Deputadas da Assembleia Nacional, Excelentíssimo Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares e da Coordenação Sustentável, Excelentíssimo Sr. Ministro do Planeamento e Finanças, Caríssimos São-tomenses residentes no país e na diáspora, um bom dia.

Gostaria de endereçar aos familiares das vítimas dos acontecimentos na Zona Sul do País, um sentimento de pesar.

Também dar as boas-vindas ao Ministro dos Assuntos Parlamentares, dizer que estamos prontos para trabalhar e que haja sucesso também no seu trabalho.

Aplausos do ADI.

Sendo esta, a primeira reunião plenária a ter lugar neste ano económico de 2024, gostaria de aproveitar o ensejo para desejar um próspero Ano Novo para todos aqui neste lugar e na diáspora.

«Excelência, os são-tomenses esperam que os seus representantes lhes falem com franqueza e que lhes poupem nas palavras, por isso não escondemos que o ano findo foi um ano difícil devido a conjuntura nacional e internacional, em que o Governo foi chamado para adoptar medidas urgentes para garantir uma resposta eficaz a essas adversidades.

No entanto, nem tudo foi mau. Este ano serviu para construir as bases sólidas para o relançamento socio-económico do País, prova disso é o esforço envidado pelo Governo com o apoio dos parceiros para a melhoria da situação energética do país.»

Aplausos do ADI.

Vozes do ADI: — Muito bem.

O Sr. **Nito Abreu** (ADI): — «Também a conclusão do acordo para o início da obra da Marginal e o início de construção de algumas infra-estruturas rodoviárias. É de salientar que diante destas conquistas, o País não contou com o apoio da oposição, muito pelo contrário, fomos sempre confrontados com uma oposição perdida nas suas críticas desprovidas de fundamentos e que desejava sempre o insucesso do Governo que lhe pudesse criticar...»

Risos.

«Por isso que quando afirmamos que somos a solução, ... »

Vozes: — Esse terminou o curso!

O Sr. **Nito Abreu** (ADI): — «... afirmamos com realismo. Somos e sempre seremos realistas. A resposta realista aos problemas consiste na procura e na concretização de soluções com a consciência de que não existe varinhas mágicas que instantaneamente concertam o que durante 4 anos foi-se arruinando. Governo com realismo também significa lançar-se na árdua tarefa de proporcionar melhores condições aos são-tomenses residentes no país e na diáspora sem recorrer à falsas promessas, mas agindo com responsabilidade e transparência.

Muito obrigado.»

Vozes do ADI: — Muito bem.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Nito Abreu pela declaração política do Grupo Parlamentar do ADI.

Vamos dar sequência aos nossos trabalhos, desta feita e por termos as inscrições de todos os Grupos Parlamentares e do Movimento BASTA, vamos abrir espaço para intervenções políticas de interesse relevante, tendo em conta que temos as inscrições, mas precisamos confirmar as posições das intervenções. Para recordar que o ADI, tem 33 minutos, MLSTP/PSD, 20 minutos, MCI/PS-PUN, 5 minutos e o BASTA, 2 minutos.

Tem a palavra o Sr. Cílcio Santos.

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — Este é nosso!

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Se é vosso, então ele passa para lá!

O Sr. **Cílcio Santos** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional e o seu Staff, Honoráveis Deputados, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr. Ministro do Planeamento e Finanças, aos profissionais da Casa Parlamentar, ao Povo de São Tomé e Príncipe, um bem-haja, um Santo 2024.

Sra. Presidente, nós temos em mãos um ofício, uma nota, que foi dirigida aos Líderes Parlamentares dando conta da revista aos Deputados e aos funcionários da Casa Parlamentar. Sra. Presidente, esse documento para nós revela uma afronta ao Estado de Direito Democrático, ao Estatuto dos Deputados e as demais leis da República, e a Sra. sabe que eu nutro muito respeito por si e por todos os Deputados, mas há coisas que nós não podemos aceitar numa casa que é Casa da lei.

Sra. Presidente, o artigo em que a senhora ampara-se no Regimento, para suportar essa medida, o artigo 28.º do Regimento fala da questão da disciplina, da ordem e fala da segurança. Nós não vivemos uma situação de insegurança na Assembleia, julgo que não, não estamos perante um estado de sítio ou uma situação de guerra.

Meus senhores, não há necessidade para isso!

Uma voz do ADI: — Vocês já partiram urna!

O Sr. **Cílcio Santos** (MLSTP/PSD): — Se tivermos que instituir segurança, achamos bem, medidas de segurança para os Deputados e para os dirigentes, muito bem, que instalemos cá os dispositivos adequados e façamos essa acção sempre, não esporadicamente, não quando convém. Nós temos que ser responsáveis pelos nossos actos. Se nós temos uma situação na Casa Parlamentar de insegurança, certo, vamos criar medidas que possam dar-nos maior segurança possível, mas não pode ser sazonal, tem que ser consequente essa medida.

Sra. Presidente, exortamos-lhe a rever os seus passos, as suas percepções, os conselhos, esta é uma casa, como disse, da lei. Agradeço a vossa compreensão.

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Cílcio.

Esta questão tem sido propalada nas redes sociais e mesmo antes desta sessão plenária, já houve directos, já houve questões, pese embora nós tenhamos palco para o efeito, o que o Sr. Deputado Cílcio fez agora, fez dentro de toda a legalidade e de todo o seu direito e confere a Mesa também o direito de se esclarecer e é nesta qualidade, como Presidente da Assembleia Nacional, que desde o dia 28 de Novembro de 2022, fez um despacho para que houvesse nas sessões plenárias a segurança para a integridade física dos Deputados, mesmo dos funcionários e de todos. Podiam perguntar, porquê em algumas plenárias e noutras não? O próprio despacho não obriga para que seja em todas as plenárias, por um lado. Por outro lado, nós os Deputados, temos todas as prerrogativas de alterarmos o Regimento que diz o seguinte: nesses termos, usando a faculdade que me é conferida pela alínea k) do artigo 28.º do Regimento da Assembleia Nacional, que é, «manter a ordem e a disciplina bem como a segurança da Assembleia, podendo para isso, requisitar e usar os meios necessários e tomar as medidas que entender conveniente». Essas são as prerrogativas que a Presidente tem. Ora, se não estamos todos de acordo discutamos a situação. Esta é uma medida que eu tomei enquanto Presidente da Assembleia Nacional, se vier um outro Presidente que não concorde com essa medida pode expurgá-la. Se os Deputados todos não quiserem,

também podem rever o Regimento que vocês dizem que eu não estou a cumprir, e é o mesmo que me dá a prerrogativa para o fazer. Hoje por acaso não temos o Primeiro-Ministro nesta sessão, não temos hoje, a única coisa errada...

O Sr. **José Maria Barros** (MLSTP/PSD): — É truque!

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Estratégias!

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Isso é teatro!

A Sra. **Presidente**: — Eu entendo, eu entendo a todos, estamos aqui pelo consenso, deixe-me esclarecer, por favor.

Quando o Sr. Deputado Cílcio falou estivemos todos atentos, escutemos. Para as pessoas menos esclarecidas, quando ouvem dizer que eu Celmira Sacramento, estou a violar o Regimento, quando esse mesmo Regimento me confere este poder, aí não estamos a ser sérios! Podemos fazer de tudo para alterar, eu posso reconsiderar o despacho, tudo muito bem, mas enquanto for uma prerrogativa que o próprio Regimento me confere, eu faço dele bom uso, quando eu achar conveniente.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Está a fazer mau uso.

Aplausos do ADI.

Vozes do ADI: — Muito bem.

A Sra. **Presidente**: — Era só este pequeno esclarecimento. Mas para dizer também que, enquanto Deputada desta Casa Parlamentar, não é hoje que eu estou na Assembleia Nacional, eu já fui revistada várias vezes, não precisou haver confusão, não precisou haver tumulto na Assembleia para eu ser revistada. Eu como não devia, eu não tinha arma de fogo, não tinha arma branca, não portava comigo esses materiais, eu me submeti às revistas normais. Não é a primeira vez que se revista um deputado, minha gente! E para dizer mais, numa das plenárias passadas, o Deputado aqui presente, quem é sabe, portava uma arma de fogo, os seguranças sabem. Mas eu não falei com esse Deputado, quem é sabe.

Portanto minha gente, não vamos tentar fazer confusão sem necessidade, se for para reconsiderar a ideia, reconsideramos, mas é para dizer que eu agi consoante o Regimento da Assembleia Nacional.

Muito obrigada.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Membros do Governo aqui presentes, bom dia.

Por se tratar de minha primeira intervenção em 2024, permita-me desejar um bom ano a todos e a si pessoalmente, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, gostava de intervir sobre esta temática, razão do meu pedido de intervenção. Temos que separar as questões. Penso que o artigo que evoca não se enquadra nesta decisão. Não se trata da segurança do edifício ou da própria Assembleia. É que se está a revistar os Deputados na sua própria Casa, é esse o problema que se coloca. E nós não estamos contra que se garanta a segurança, mas é preciso que se institucionalize isso.

A Sra. Presidente não pode tomar decisões unilaterais, em representação de todo o colectivo, pelo menos que o assunto seja colocado para que seja debatido. Não se trata de uma questão de alteração do Regimento, nós estamos na nossa Casa e em termos excepcionais é que se revista os Deputados, a não ser que se implemente isso para toda a legislatura através de Raio X. Hoje no mundo globalizado temos equipamentos sofisticados, não esse fiasco que estamos a ver aqui. Isso é um fiasco! Isso não dignifica, nem a si, pelo seu despacho, nem o próprio Parlamento. Não se trata aqui de revisão, nós não estamos contra a segurança do edifício, dos funcionários e da instituição. Não é este o problema que se coloca! É que em algumas sessões há revista aos Deputados e em outras não! E é a forma como se faz a revista! É

esse o assunto que queremos discutir, não o problema de alteração ou do enquadramento que faz em relação a alínea k) do Estatuto dos Deputados.

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Aqui em *off*, ninguém confia em ninguém, então deve pegar isso e construir o seu despacho. Quer dizer que nós todos temos desconfiança uns dos outros, não são só os Deputados, então tem que ser também os membros do Governo, todos aqueles que pisam a Casa Parlamentar. E essa palavra saiu de um dos Deputados da oposição que não refiro aqui o nome.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

Vamos seguir com o nosso trabalho. O esclarecimento está feito, vamos seguir.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel, Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sra. Presidente, por ser a minha primeira intervenção também gostaria aqui de aproveitar para desejar um bom ano a todas as Sras. e Srs. Deputados, bem como aos funcionários da Casa Parlamentar, assim como toda a população de São Tomé e Príncipe residentes cá, bem como na diáspora.

Ao Sr. Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, gostaria de cumprimentar e felicitá-lo pelas suas novas funções e dizer que estamos todos disponíveis para consigo continuarmos a construir um São Tomé e Príncipe melhor.

Relativamente ao assunto em debate, infelizmente, é verdade que cada um utiliza o palco que quiser para fazer a sua política, se calhar deveríamos evitar fazer politiquice, e termos alguma responsabilidade, porque nós temos uma missão que é também de educar e formar, e nós temos que usar muito bem as ferramentas que temos para podermos comunicar com os nossos concidadãos.

Relativamente ao despacho da Presidente da Assembleia Nacional e como dizia a Presidente e muito bem, o problema que se coloca é que nós temos em mãos o Regimento e sempre que entendemos que algo não vai muito bem na nossa perspectiva, nada aqui é estanque, as coisas podem sofrer alterações quando nós bem entendermos e a Presidente diz bem que ela socorreu-se do artigo 28.º na alínea k). Não foi a Presidente que produziu isto nem foi a sugestão dela para que esse artigo e essa alínea cá estivessem e na verdade dá a Presidente prerrogativas para tomar as medidas que ela tomou. Reparem bem que na parte final, diz assim: «tomar as medidas que entender convenientes». Está aí o problema, então se entendermos que deveríamos alterar esse artigo ou seja essa alínea, está no nosso direito, podemos alterar. Porque ali diz, manter a ordem e a disciplina, bem como a segurança da Assembleia, aqui não diz apenas o edifício, podendo para isso requisitar e usar os meios necessários e tomar as medidas que entender convenientes, está aí o problema. Havendo essa prerrogativa, portanto, nós é que fazemos a lei, nós podemos sugerir a alteração e digamos adaptarmos ou adequarmos a lei ao momento.

Essa é a minha contribuição relativamente a essa matéria.

Outra questão que eu gostaria, já que estou no uso da palavra, de colocar é a seguinte: eu não sei se a oposição já deu conta que a única agenda que este Governo, XVIII Governo Constitucional tem é a de se preocupar com a resolução dos problemas da população, esta é a única agenda.

Aplausos do ADI.

As outras agendas nós devemos deixar para a oposição, para os opositores camuflados, porque também na nossa República nós temos muitas pessoas que estão noutra instituição ou noutros lugares, fazem e agem como oposição política, com outras vestes. Então deixamos para essas pessoas outras agendas. Mas a nossa agenda, a agenda do Governo é preocupar-se com a resolução dos problemas do País. Senão vejamos, o XVII Governo Constitucional, como a agenda era outra, eu não sei se repararam, logo nos primeiros dias, já começaram a perseguir, mandar para a cadeia os opositores políticos.

Aplausos do ADI.

Porque essa sim era a agenda, a agenda era chegar e começar já, como dizia um Deputado uma vez aí, nós vamos calar todos de uma só forma. Nós vamos pegar e pôr todos na cadeia e no dia seguinte ele já não fala mais nada.

Não é essa a nossa prática, não é essa a nossa agenda, a nossa agenda é sim, preocupar-se com a resolução do problema do País. Essa sim, porque se fosse a nossa agenda perseguirmos e colocarmos as pessoas na cadeia, fariamos isso. Mas não é nossa agenda, e não é nossa prerrogativa, cada órgão de soberania tem as suas competências, caberão os Tribunais decidirem, lá onde entenderem que tem a matéria para poder conduzir um cidadão para essa ou aquela instância vai fazê-lo, não somos nós, não é o Governo que tem que fazer isso.

Outra questão que eu gostaria já agora também de fazer referência é a seguinte, eu acho que há um fenómeno, o crescente fenómeno migratório, quer dizer é um fenómeno antigo, milenar. Mas o que é que acontece? Nós enquanto cidadãos são-tomenses, reparem bem, que uma das nossas bandeiras é de facto o desenvolvimento do turismo. Se nós falarmos do desenvolvimento do turismo, eu gostaria de aconselhar os nossos concidadãos que quando eventualmente, de férias ou em missão de serviço ou quando pretendem deslocar do País para o estrangeiro à procura de melhores condições de vida, não propriamente à procura de emprego, porque há pessoas que estão a abandonar o emprego, logo não vão à procura de emprego, se calhar vão à procura de melhores condições de vida o que é normal. Nós sabemos que o são-tomense por natureza é um povo que migra, é um povo migratório, reparem que, nós temos uma grande parte da nossa comunidade que migrou para Libreville há muitos anos atrás, para Angola para outros países, então para verem que o nosso povo é um povo, de facto migratório. Mas o problema não é esse, o problema é como nós, enquanto cidadãos são-tomenses, em Portugal ou em Cabo-Verde, falamos do nosso país. É muito triste! Eu acho que nós precisamos mudar de paradigma, começarmos a falar bem, se nós estamos a querer convidar turistas para o país, como é que nós vamos levar uma imagem negativa do país para fora dele, isso não é nada abonatório.

Reparem, mesmo nos países onde há violência que nós sabemos, existem países onde nós não podemos nem sequer circular ainda que de dia, exibindo cordões de ouro, pulseiras, relógios, por aí fora, mas no entanto, nesses países os cidadãos falam bem desses países fora dele e o nosso país onde nós todos sabemos que não há isso, nós falamos mal do nosso país, e é muito triste. As pessoas até falam em crioulo são-tomense, pensando que, por exemplo, há muita gente que já percebe, para além dos são-tomenses que já estão lá há muitos anos, mesmo os portugueses percebem o nosso crioulo. Nós temos casos de estrangeiros que cantam em nossa língua, então vamos falar mal de São-Tomé usando o crioulo? Para quê? As pessoas vão ouvindo na mesma, eu acho é que nós temos que mudar de paradigma se nós de facto quisermos fazer com que as pessoas visitem o nosso país. Esta é uma contribuição que eu gostaria de aqui deixar.

Muito obrigado pela vossa atenção.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado José António Miguel e Líder Parlamentar do ADI. Tem a palavra o Sr. Deputado Conceição Moreno.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Mesa, Caros Deputados, Srs. Ministros e Funcionários da Assembleia, bom dia.

Desejo a todos um bom ano.

Entretanto Sra. Presidente, gostaria que esse cumprimento fosse extensivo também a Região Autónoma do Príncipe, para a população de São Tomé e Príncipe, a nossa diáspora e aqueles que também escolheram o nosso país São Tomé e Príncipe para estar, mas com particular destaque à aqueles que escolheram a Região Autónoma do Príncipe para poderem viver.

Sra. Presidente o que me traz aqui nesta matéria de assuntos de interesses relevantes é vendo a presença dos Ministros, particularmente o Sr. Ministro das Finanças e eu quero levantar questões sobre políticas públicas, sobretudo essas que são implementadas na Região Autónoma do Príncipe.

E eu quero dizer Sr. Ministro, que os défices ainda existem e nós continuamos com muitas dificuldades no Príncipe. Ao nível da Assembleia quase não se fala do Príncipe ou muito pouco se fala, ao nível do Governo até nas grandes entrevistas não se fala do Príncipe, faz-se apenas referência ao Príncipe, mas o que nós esperamos é que de facto se fale sobre as políticas que estão a implementar no País e que tenham algum impacto no desenvolvimento da Região. Neste contexto, Sr. Ministro, uma questão que me preocupa é conhecer qual o impacto, é saber qual o impacto positivo da governação no Príncipe, tanto do Governo Central como também do Governo Regional, até porque a nível do Príncipe não se passa informações, não

se explica, não se sabe como é que está o andamento das coisas a nível da Região. Outra questão é a do emprego e desemprego, sobretudo o desemprego que tem estado a crescer, aumentando a pobreza de forma muito violenta da Região Autónoma do Príncipe.

A terceira é a questão do emprego desqualificado, muito baixo salário, algumas pessoas são empregadas e têm um salário muito baixo, face a questão da inflação e a questão da variação do custo de vida no nosso mercado interno, mercado regional. A inflação não pára, falar de inflação lá, comparativamente a São Tomé, nós vivemos sufocados com os preços dos produtos e ainda continuamos num momento de dificuldade e vamos atravessar. E este ano eu espero que haja mecanismos, políticas viradas para melhorar a situação das pessoas e desafogar as pessoas com relação a sua situação de subsistência com a cesta básica, pelo menos a cesta básica. A situação socio-económica da população do Príncipe é deplorável, a pobreza aumentou de forma descarada.

A saúde e a educação tornaram-se miseráveis por falta de condições de trabalho para os próprios profissionais. Os profissionais de saúde e da educação padecem de dificuldades, deficiência de materiais para poderem desempenhar as suas funções com algum profissionalismo acrescido.

As estradas do Príncipe praticamente não vale a pena falar delas, estão todas degradadas. Eu vou fazer alguns destaques, estou a falar da estrada para São Joaquim, estrada para Monte Alegre, estrada para Praia Campanha, estrada para Ponta do Sol. Também a estrada de Oque Daniel que infelizmente se encontra em péssimas condições.

As pessoas vítimas do incêndio de Ponta do Sol ainda estão a viver nas ruas, até agora não se conseguiu recuperar. As pessoas estão com muitas dificuldades. Não é normal um amigo receber uma família em casa, já há mais de quase 4/5 anos, e o Estado não consegue resolver essa questão. É triste!

Portanto, essas políticas são políticas que nós precisamos.

Sr. Ministro, falar da produção agrícola e pecuária no Príncipe é falar da inexistência das coisas. Nós somos totalmente consumidores, dependentes de importação, precisamos definir políticas para nós invertermos ou para mantermos o equilíbrio da balança para também ajudar na questão do custo de vida e do preço dos mercados. A produção hortícola no Príncipe é zero. Continuamos a depender da importação da hortaliça de São Tomé, mas por não ter uma boa conservação durante a viagem, não chega em bom estado.

O sector da construção civil no Príncipe, já mataram, estava na agonia, mas acabou-se mesmo por matar. Não se consegue construir nenhuma barraca, é difícil. Enfim, o Príncipe está envelhecido, hão-de concordar que o envelhecimento está muito agressivo. E eu escuso-me de falar das questões de abastecimento de água de qualidade, água potável às comunidades no Príncipe, não há água para abastecer às comunidades. As cisternas de água não obedecem as regras de higiene suficientes para poder transportar água para as pessoas. As comunidades piscatórias de Abade, Praia Campanha, Praia Burra, as pessoas estão a beber água totalmente fora do padrão normal, inaceitável para o consumo humano. Isso vai de qualquer forma ter um impacto negativo na questão da saúde pública.

Portanto, eu penso que o Governo deve cingir a sua Governação na resolução do problema, pelo menos o básico, já está na altura para se começar a tentar resolver os problemas da Região Autónoma do Príncipe.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Conceição Moreno.
Tem a palavra o Sr. Deputado Edmilson das Neves.

O Sr. **Edmilson Neves** (ADI): — Cumprimento a Sra. Presidente, as Sras. e Srs. Deputados. Sr. Ministro da Presidência desejo-lhe bom êxito nas suas novas funções. Sr. Ministro das Finanças, Caros Técnicos da Assembleia Nacional e da Comunicação Social, Povo de São Tomé e Príncipe, bom dia.

A princípio quando vim a esta reunião plenária, não vim com intenção de fazer uma intervenção, mas depois de ouvir os Srs. Deputados que me antecederam eu senti-me na obrigação de vir dizer duas ou três coisas para a nossa reflexão interna. Fui confrontado com um cidadão são-tomense que me fez uma pergunta: «Porque é que os deputados não utilizam o palco privilegiado que têm para discutir verdadeiramente os problemas dos são-tomenses, refletir sobre as várias temáticas que afligem a nossa sociedade?»

Porque é que nós não usamos o tempo que temos aqui para falar de coisas boas para o País, para apresentar alternativas como oposição, apresentar críticas também como deputados da situação, para que possamos ver o País a avançar?

Porque é que nós não fazemos isso? O Sr. Deputado Conceição Moreno...

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — O que é que eu fiz?

O Sr. **Edmilson Neves** (ADI): — ... diz que é isso que fez e por acaso eu gosto muito de ouvir o Sr. Deputado Conceição Moreno, porque é assim que um deputado se deve comportar na Casa Parlamentar. Nós perdemos muito tempo aqui a falar um do outro, a falar mal das coisas boas, a procurar sempre que as coisas corram mal ao país, para que possamos tirar proveito disso, como se isso trouxesse alguma vantagem para nós mesmos. Há um provérbio africano que diz o seguinte: “A galinha que esgravata muito, acaba por encontrar os ossos da sua própria mãe.”

Aplausos do ADI.

Então vamos parar com esta prática na Assembleia, vamos tornar este palco num palco de reflexão, um palco de aprendizagem. Estou num processo de aprendizagem, num processo de construção, considero-me um político em construção. Eu quando fui eleito Deputado com 22 anos de idade, achei que estaria num lugar certo para aprender sobre coisas do país e muito honestamente meus senhores, os senhores têm deixado muito pouco a desejar. Os senhores não têm estado a superar as minhas expectativas. Por isso é que eu trago....

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Fala para líder!

O Sr. **Edmilson Neves** (ADI): — Não. Quem é sabe. Cada um vai fazer a sua reflexão interna, pessoal...

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — É para lá.

O Sr. **Edmilson Neves** (ADI): — É para quem é, já sabe! Cada um vai fazer a sua reflexão interna, pessoal. Isso é reflexão pessoal de cada Sra. Deputada e Sr. Deputado.

É por isso que trago uma proposta de mudança para este ano 2024, que seja um ano diferente aqui na Assembleia. Um ano em que todos nós possamos contribuir para o desenvolvimento do País, rumo a uma visão que permite discussão de ideias, uma visão que permite confrontos de ideias, mas sempre com elevação para que possamos dignificar a função que exercemos. Porque um dos deveres dos deputados que está escrito no Estatuto dos Deputados é velar pela boa imagem da Assembleia Nacional.

Meus senhores, eu critico os Partidos políticos pelos resultados das suas políticas, pelas promessas que fazem e pela concretização dessas promessas. Eu critico um ministro pelo resultado das políticas que propõe a concretizar para a melhoria do povo. Eu não critico um ministro por ele ser mulato, adulto, por ser jovem ou por ser outra coisa. Acho que é nisso que devemos centrar a nossa intervenção. Amanhã e depois de amanhã teremos a discussão do Orçamento Geral do Estado, então exorto a todas e a todos os Srs. Deputados que leiam o orçamento, que preparem intervenções com conteúdos que de facto jogam com a vida da sociedade são-tomense. Vamos pelo menos parar com essa tentativa de vir aqui brincar e transformar isso numa brincadeira, porque ninguém está aqui para brincar.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Edmilson das Neves.

Custa-me acreditar que nós ouvimos isso de um deputado mais novo. Faço das suas palavras, as minhas.

Aplausos do ADI.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI-PS/PUN): — Sra. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Caras e Caros Deputados, Srs. Ministros, bom dia.

Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares bem vindo à Casa, Sr. Ministro das Finanças, Povo de São Tomé e Príncipe tanto no país como na diáspora e todos aqueles que escolheram o nosso país para viver, muito bom dia.

Eu tomo a palavra neste momento dos assuntos prévios para desejar um bom ano de 2024 a todo o povo de São Tomé e Príncipe e desejar um ano de felicidade, de esperança, de amor e um ano de caridade. Temos que ser solidários, porque a solidariedade faz parte de um ser humano. Temos que ser solidários em vários sentidos, não é só dar algo que é ser solidário, mas sim também dar uma palavra de apreço.

Dizer que é com grande tristeza que, no último fim de semana, o Distrito de Caué viveu e ainda vive o luto. Vive o luto por causa da negligência do homem que ceifou vidas humanas, duas por enquanto. E é por isso que vim aqui para dizer que até agora só são duas senhoras que morreram no acidente de viação. Dizer às pessoas que quando ouvem notícias, jornalistas ou a quem de direito, procurem ouvir a veracidade daquilo que é a informação. Porque a nossa população, as pessoas hoje falam *vom-vom* demais. São duas vítimas que tiveram por infelicidade falecer no local onde o acidente ocorreu e as outras pessoas estão ainda nos cuidados intensivos com lesões graves, mas por enquanto ainda têm fôlego. Dizer aos familiares que nós sentimos com a sua perda e estamos a viver esse luto, porque somos mães, avós e vendo cada família deixando os seus familiares, é muito triste, apesar de dizermos que acontecimento não tem dia, nem hora. Às vezes o ser humano é que provoca, porque nós somos seres humanos e não somos *robots*. Se sabemos que não estamos em condições de fazer qualquer tipo de trabalho, não façamos e deixemos para outras pessoas ou deixemos para mais tarde. Por isso digo que foi negligência sim.

Ainda neste púlpito gostaria não só falar de tristeza, mas falar também de um pouco de alegria que a população da comunidade de Angra Toldo Praia e Porto Alegre viveram e vivem com a colocação de água potável para aquela população. Sabemos quais são problemas por causa da falta de água e hoje aquela população está de parabéns. O direito à água é vida. E as outras comunidades não só do Distrito de Caué, mesmo ao nível de outros distritos que também não têm água potável, façamos algo para que essas populações vivam mais anos. Nós temos cidadãos nacionais que se encontram em Portugal que estão condenados a viver fora dos seus familiares, por causa de problemas de rins. Não podem viver em São Tomé, porque não conseguem. O país não tem condições para aquelas pessoas viverem aqui. Têm que ficar lá quando há frio, quando há calor, em todos os momentos da sua vida.

Por isso, Sr. Ministro das Finanças aquilo que pode fazer para termos um hospital que possa fazer o mínimo possível, faça. Melhorar os nossos serviços hospitalares.

Quero aqui agradecer todos os trabalhadores e funcionários desde o Sr. Delegado até aos jardineiros e guardas, pela forma como receberam aquelas pessoas depois do acidente. E também antes disso a manutenção em termos de higienização hospitalar e mesmo ao nível dos serviços que têm feito para a melhoria dos serviços da área de saúde no Distrito. Parabenizá-los por todos os esforços mesmo com poucos recursos.

O Distrito de Caué foi brindado com a presença da 4.^a Comissão e os Deputados puderam visitar o Hospital de Angolares e disseram que gostaram. Foi uma visita surpresa. Às vezes avisamos sobre a visita e então a tendência é de puxarmos o lixo para debaixo do tapete e colocarmos num canto para quando a visita chegar encontrar tudo limpo.

Mas aquela visita da 4.^a Comissão foi uma visita surpresa e disseram que gostaram da forma que viram o nosso hospital. Gostaram da forma que viram os serviços todos bem organizados. É isso que precisamos para o desenvolvimento do nosso país independentemente da nossa miséria.

Nasci numa família humilde, mas rasgada, nunca! A minha mãe e as minhas irmãs mais velhas sempre tiveram cuidado de pegar na agulha e tapar aquele buraco que está rasgado para dar um outro olhar e hoje as pessoas já não querem tapar os buracos. Sabemos que tapar buracos também faz parte da nossa cultura. Porque às vezes uma roupa que podemos usar já que tem um buraco, por infelicidade pegou numa ponta de prego e nós descartamos ou continuamos a vestir assim roto.

Então meu apelo minha gente, colegas, caras e caros Deputados é fazermos desta Casa Parlamentar uma casa de paz, de harmonia, de solidariedade. Nós temos hoje três deputados que tomaram posse pela primeira vez. Ensinar também, faz parte da solidariedade.

Muito obrigada pela vossa atenção.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Sra. Presidente, antes da interpelação à Mesa, cumprimentar a todos os presentes respeitando a devida precedência protocolar, mas permita-me fazer um desvio para cumprimentar o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, desejar-lhe boa sorte nesta nova missão, que cumpra com zelo e dedicação esta nova tarefa que é ser governante e ministro da República. Desejo-lhe boa sorte.

Quanto à interpelação, Sra. Presidente e a Mesa, eu acredito piamente que foi por lapso, mas como Deputado eu não recebi nenhuma convocatória para a reunião plenária. Eu volto a dizer pode ter sido por lapso. Não é uma crítica, mas eu não recebi no meu email, pode ser um engano. Eu tive que ligar a um colega deputado que me confirmou que tínhamos reunião plenária hoje, amanhã e depois de amanhã. Caso tenham enviado, antecipadamente as minhas desculpas, por ter levantado a questão aqui, mas, eu não recebi. Ainda esta manhã vi o meu email, não tinha recebido nada. Eu recebi sim vários diários por Elsa Menezes e Biguer Lima, mas a convocatória não recebi. Talvez foi um erro da minha parte e é a primeira vez, por isso eu sei que não foi de má-fé, mas gostaria de levantar essa questão aqui.

Indo agora sim a minha intervenção, no período antes da ordem do dia, dizer que na legislatura passada eu tive uma intervenção e elogiei na altura o governo e o Sr. Ministro de Infra-estruturas de então, Osvaldo Abreu, porque depois de se comprar geradores nós tivemos uma estabilidade energética que ajudou o país e ajuda o país economicamente para aquelas pessoas que percebem o que é energia para um país e para desenvolvimento de um país. E quando eu fiz essa intervenção disseram que Levy estava comprado. «Já está comprado». Bom, a minha coerência faz com que hoje e com este Governo, também quero dizer aqui que fico satisfeito, enquanto cidadão chegar em casa todos os dias e ter energia. O meu peixe não estraga, a minha carne não estraga, as pessoas que fazem negócio, hoje estão de parabéns.

Vozes do ADI: — Muito bem.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Eu tinha e tenho muitas pessoas com quem trabalho e que quando eu pedia um trabalho diziam: «Ah, doutor, energia, energia!» Uma semana, duas semanas! Hoje já não acontece e eu quero aqui dar os meus parabéns ao Governo, como dei ao governo anterior. A questão do contrato, o que está por detrás, a sustentabilidade, isso é uma outra questão, mas a população hoje tem energia estável, excepto uma outra falha como aconteceu neste sábado ou domingo. Mas quando eu descia de Gascidla, eu vivo no Bairro Saton, olhava para a ponta da pista do Aeroporto para ver se a ponta da pista tinha luz e quando tem lá é porque eu também tenho luz em casa. Quando não tem, eu também não tenho. E quando eu não tinha, era um desânimo. Ao ir para casa apetecia-me ir para qualquer outro lado, porque sabia que não ia encontrar energia em casa. Mas o País acreditem, como sabem...

A Sra. **Presidente:** — Sr. Deputado, o tempo!

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — O meu tempo já está a acabar, mas permita-me só terminar Sra. Presidente.

A Sra. **Presidente:** — Conclua, por favor.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Eu posso ter 2 minutos de alguma bancada para terminar? Já não tenho. ADI pode me dar 1 ou 2 minutos? ADI me concedeu 2 minutos e muito agradeço.

Para dizer que todos nós temos que ter a consciência que o País não vai bem. Isso não é por ser Deputado, qualquer população. O País não vai bem, o País não vem estado bem já há muitos anos. É verdade que as coisas agudizaram-se por questões exógenas e endógenas, mas pede-se sempre à oposição um comprometimento para a causa nacional. Mas eu quero aqui dizer que o comprometimento tem que ser pedido de coração, porque eu, Levy Nazaré, quero aqui dizer que continua a existir perseguições. Há várias formas de perseguir pessoas. Há várias formas de perseguir a oposição. Continua a existir e na legislatura passada também houve e eu falei no púlpito sobre isso. O caminho que estávamos a seguir era um caminho errado. Eu até levantei a questão do sonho, não sei se recordam. O meu sonho está de pé. Hoje mais do que nunca o meu sonho está de pé.

E para terminar, agradeço mais uma vez os minutos que o ADI me deu, eu penso muito no futuro, não hoje, porque qualquer sistema passa, qualquer governo passa, qualquer regime passa, mas o que vai ser de nós são-tomenses aqueles que vão ficar aqui?! Nós que escolhemos esta terra para viver e para morrer, o que vai ser de nós? O que vai ser de nós com este país como estamos a levar? O que vai ser de nós e

dos nossos filhos? Por isso o País vai precisar no futuro de pessoas comprometidas para levar este país para a satisfação de todos. Vai ser necessário pessoas muito capazes, pessoas que não sejam só de um partido, cidadãos nacionais comprometidos com o desenvolvimento do País. Sem ódio, sem perseguição, sem revanche e a pensar sempre nas melhores opções para todos nós são-tomenses. E é este país que eu ando a pensar e quero pedir ao povo de São Tomé e Príncipe aqui neste púlpito para não desistir, porque o mal não dura para sempre. Um dia temos que nos sentar à mesa e dizer o que é que queremos para São Tomé e Príncipe.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Aplausos do MLSTP/PSD e do BASTA.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Levy Nazaré.

Da sua interpelação à Mesa, tomamos boa nota e agradecemos pelo facto. Mas vamos procurar inteirar-nos dos motivos que levaram ou não à distribuição via email da convocatória, para nós tentarmos melhorar nas próximas vezes e não voltarmos a cometer essa falha. As nossas sinceras desculpas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Wuando Castro.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente uma vez mais, obrigado.

Eu venho aqui abordar pequenos temas se calhar, mas na lógica de lembretes. Deixa-me só abrir um parentese para voltar ao tema da revista, da forma como nós encaramos essa questão da segurança.

Uma voz do ADI: — Outra vez?

Risos do ADI.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Sim. É outra vez para dizer que isto no fundo não passa de um *show-off*. Ou realmente nós encaramos a questão da segurança a sério ou então andamos a brincar.

Há bocado alertaram-me que estava com a luz da viatura acesa e desci por esta porta aqui de trás e fui apagar a luz do carro e não estava nenhuma segurança a fazer o controlo de acesso a esta porta. E por acaso, decidi subir pela porta principal para confirmar se realmente estava cá alguém ou se já se tinham ido embora. Cumpriram a missão, iam revistar os deputados de manhã e se calhar já tinham ido embora, mas por acaso estão cá a frente. Seis pessoas aqui a frente sentados com o aparelho de revista na mão. Portanto, ou é para levar a sério ou não! Porque se é para levar a sério todos os acessos têm que ser controlados. Porque se há algum risco de segurança e eu posso passar por aqui de manhã ser revistado e ao meio da sessão sair por outra porta e se for para trazer uma arma ou outro objecto qualquer, eu trago. Ou vamos levar a coisa a sério ou vamos continuar nessa ligeireza. Mas eu desconfio que se calhar amanhã o cenário vai ser outro.

Murmúrios do ADI.

Amanhã se calhar vai estar tudo bem controlado. Mesmo se eu não alertasse, amanhã aqui estaria bem controlado.

Sra. Presidente, entrando no assunto que me traz cá: é um apelo, um lembrete que eu trago aqui ao novo Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Sr. Ministro das Finanças bom dia, porque não estava cá quando fiz a primeira intervenção.

É sobre os famosos inquéritos. Volta e meia acontece alguma situação, o Governo anuncia publicamente inquéritos, dá um prazo para finalizar estes inquéritos e depois o tempo vai passando e nós ficamos sem saber o que é que realmente aconteceu. E trago aqui três exemplos que estive rapidamente a pesquisar na internet, porque não tenho isso na memória.

Em julho de 2023 tivemos a famosa crise de combustíveis e a questão dos barcos que vieram e que não vieram, veio barco grande, veio barco pequeno, atracou ou não atracou! O País esteve 2 ou 3 semanas numa situação gravíssima. O Governo solenemente anunciou que ia abrir um inquérito para apurar responsabilidades, para saber o que é que correu mal e para punir os responsáveis. Volto a frisar, desde Julho de 2023 e 7 meses depois até agora não sabemos de nada, se houve ou não inquérito, se as pessoas foram responsabilizadas e sobretudo se foram tomadas medidas para que isso não volte a acontecer.

Inquérito n.º 2, Outubro de 2023, o célebre caso dos pepinos do mar. Naturalmente o caso está entregue à Procuradoria-Geral da República, sob investigação, mas também o Governo anunciou que iria proceder a abertura de um inquérito interno para apurar responsabilidades administrativas. Volto a dizer, desde Outubro de 2023, hoje Fevereiro de 2024, não se sabe de nada, o que aconteceu, quem foi o culpado, se o Director estava sozinho ou se havia uma rede montada, qual é a intervenção dos funcionários do Ministério da Agricultura a nível administrativo, também ficamos sem saber.

E ultimamente o célebre caso da invasão dos Bombeiros ao edifício do Ministério Público. Aconteceu aos 3 de Janeiro de 2024, o Governo reuniu-se de emergência em 5 de Janeiro, produziu um comunicado do Conselho de Ministros, o senhor ainda não era titular da pasta, assinado pelo Ministro Gareth a dizer que mandou instaurar de urgência um inquérito dando prazo de 15 dias para a finalização do mesmo de forma a se saber se houve mais implicados, qual o nível de implicação, não só da Direcção do Comando, mas também de outras entidades, ou de outras patentes dos Bombeiros. Segundo consta estiveram envolvidos mais de 30/40 Bombeiros e hoje dia 6 de Fevereiro também não sabemos de nada. Foi uma situação muito grave e na altura dissemos que o Governo agiu bem em demitir de imediato o Comandante e o Vice-Comandante dos Bombeiros, mas até agora, mais de 1 mês depois não sabemos de mais nada em relação aos outros implicados. Volto a dizer, é uma situação muito grave que briga com o Estado de Direito. Era bom, de uma vez por todas, que os inquéritos fossem conclusivos, que os responsáveis, passo a redundância, fossem responsabilizados.

A Sra. **Presidente**: — No que toca a segurança, tem razão, ninguém é obrigado a entrar só de uma porta, por uma via de acesso, para dizer que amanhã a situação será regularizada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Santos.

O Sr. **Arlindo Santos** (ADI): — Sra. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Acabei de ouvir aqui um deputado a dizer que está feliz, satisfeito com a permanência de energia eléctrica, todos estamos nessas condições, mas a verdade seja dita, no passado também sofremos, não estou a dizer passado, do governo anterior.

É preciso que o Governo tenha um bocado de cuidado e mão dura, porque estão a vandalizar as cabines, não têm acesso à Central, mas têm acesso às cabines nas zonas. No fim de semana, mais precisamente no sábado fiquei 2 horas sem luz, contactei a Central que me disse que não havia problemas na Central, nem com o gerador. Os técnicos da EMAE foram ao local e a cabine estava completamente vandalizada.

Peço aqui ao Governo que tenha mão dura contra esses infractores.

Vozes do ADI: — Muito bem.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Izilda Quaresma.

A Sra. **Izilda Quaresma** (ADI): — Sra. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, todos os são-tomenses no País e no estrangeiro, pessoal do Mercado de Bôbô-Fôrro, bom dia.

Vim com muito carinho..., estou aqui na Assembleia como deputada, mas sempre estive aflita porque o País está assim. Nunca havia viajado, nem para o Príncipe, mas sempre revoltei porque sou cristã.

Se vos disser que por vezes fico 90 dias a perguntar a Deus o que se passa neste país! São 90 dias sem comer, sem beber água...

Vozes: — Kêeeiii!

A Sra. **Izilda Quaresma** (ADI): — ... a perguntar a Deus o que se passa neste país?

Risos.

Podem não acreditar, rir e gozar, achar que é brincadeira, mas é coisa séria o que estou a falar. A Bíblia diz que ninguém deve mentir nem com o céu, nem com a terra. Mas estou a vos dizer que muitos irão pagar o remorso deste povo, porque fazem brincadeira com coisa séria.

O País está como está hoje, não é por causa de má governação de alguns ministros que governaram. Não! É por causa de má-fé de alguns. Quando digo alguns não é que toda gente tem espírito mau, mas há algumas pessoas que são ruins, ervas ruins. Há pessoas que conseguem destruir o que eles não conseguem construir.

Uma voz do ADI: — Muito bem.

A Sra. **Izilda Quaresma** (ADI): — São Tomé e Príncipe não tem fábrica de nada, nem de plástico! Vivemos de ajudas, mas há pessoas que têm natureza de destruir, sabotar, e população está à espera. Até quando este país dará um passo? A população está a perder esperança. Minha gente, vamos sentir vergonha e sentir que temos carne, o nosso coração não é de pedra, é de carne. Vamos ver e analisar, 2024, vamos ver que chegou a hora para este país dar um passo, com aqueles que estão a governar e a oposição.

Porque a oposição pode dizer que não os deixa governar, assim é a mentalidade, se eles governarem não vão sair do poder. Minha gente não pensem nisso, pensem no País, se o País estiver bem toda gente estará bem.

Quem tem casa para alugar irá ganhar dinheiro, quem tem carro para alugar, irá ganhar dinheiro, quem tem loja ganhará dinheiro, mas se o País estiver como está e continuar a piorar,...

O Sr. **Eláccio da Marta** (MLSTP/PSD): — A matar pessoa?

A Sra. **Izilda Quaresma** (ADI): — Acho que aqui ninguém mata ninguém, as pessoas vão procurar morte com os seus próprios pés.

Vozes do ADI: — Muito bem.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Izilda Quaresma** (ADI): — Quem mandou as pessoas irem morrer, tem consciência e sabe que mandou.

Aplausos do ADI.

Não tenho medo de ninguém, nem de criminoso, nem de feiticeiro. O que é que estou a falar? Estou a falar de uma outra coisa, é que quando se referem a este assunto, tenho que responder.

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — Não responde!

A Sra. **Izilda Quaresma** (ADI): — O que quero dizer é que devemos parar com a ignorância, a parvoíce, o ódio e a vingança, vamos ver que somos são-tomenses. Toda gente quer viver bem, são-tomense está a ir para viver em casa de murro, chalé, mas todos temos condições para fazer chalé e casa de murro aqui se tiver estabilidade no País.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente:** — Na emoção da sua intervenção disse algumas palavras, mas também não se dirigiu a alguém concretamente, mas vamos cuidando da nossa linguagem, quando fazemos a nossa intervenção.

Congratulo com a intervenção da Sra. Deputada, mas vamos tentar intervir com elevação.

Ainda neste período de antes da ordem do dia, temos dois votos de pesar.

Peço a Sra. Secretária da Mesa que faça a apresentação dos dois.

A Sra. **Secretária** (Bilaine Ceita): — Vou proceder à leitura «Projecto de Voto de Pesar n.º 11/XII/3.ª/2024 – Pelo passamento físico do ex-Deputado Sr. José Fret Lau Chong.

Foi com profunda consternação que os deputados à Assembleia Nacional tomaram conhecimento do passamento físico do ex-Deputado José Fret Lau Chong, ocorrido no dia 7 de Janeiro do corrente, no Hospital Ayres de Menezes.

José Fret Lau Chong nasceu em 18 de Outubro de 1934, em São Tomé, licenciou-se em Engenharia Electrotécnica pela Universidade de DRESDEN, ex-República Democrática da Alemanha.

O referenciado foi membro fundador do CLSTP, entre 1960 e 1974, representante da CLSTP em Portugal, Marrocos e Alemanha, entre 1954 e 1960, desempenhou a função do Secretário-geral da União Geral dos Estudantes da África Negra (UGEAN).

Entre 1975 a 1976, desempenhou as funções do Ministro da Informação, Administração, Reforma, Justiça e Trabalho, Embaixador Itinerante, Ministro das Indústrias, Construções e Habitação, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de São Tomé e Príncipe em Gabão, Guiné-Equatorial, Camarões e República de Angola.

O mesmo exerceu também as funções de Director da EMAE, Director da Indústria e Energia, bem como as funções do Assessor do Presidente da Assembleia Nacional na IX Legislatura.

Considerando que o malogrado exerceu também as funções de Deputado à Assembleia Nacional, na I Legislatura (1975-1976), e na III Legislatura (1985-1991), pelo MLSTP/PSD, na VII Legislatura (2002-2006), pela Coligação das Forças Democráticas – Wê Kedaji e na VIII Legislatura (2006-2010), pelo Partido ADI;

A Assembleia Nacional adopta, nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do seu Regimento, o seguinte:

1. Honrar a memória do Sr. José Fret Lau Chong, pelo serviço prestado à Nação, enquanto Deputado desta Augusta Assembleia;

2. Expressar, através deste Voto de Pesar, a sua maior consternação e apresentar à família enlutada, parentes e amigos as profundas e sinceras condolências pelo seu desaparecimento físico.

Assembleia Nacional, São Tomé, 6 de Fevereiro de 2024.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço».

Passo de seguida ao «Projecto de Voto de Pesar n.º 12/XII/3.ª/2024 – Pelo passamento físico da ex-Deputada Sra. Maria do Rosário Neto Afonso de Barros.

Foi com profunda consternação que os Deputados à Assembleia Nacional tomaram conhecimento do passamento físico da Sra. Maria do Rosário Neto Afonso de Barros, ocorrido no dia 9 de Dezembro do ano 2023, em Portugal.

Maria do Rosário Neto Afonso de Barros nasceu em 16 de Maio de 1944, na ilha do Príncipe, titular de Bacharelato em Economia (Finanças e Créditos) pela Universidade de Havana, em Cuba, e Concepção e Gestão de Sistema de Apoio a Micro e Pequenas Empresas, no Centro de Formação Internacional de Turim, em Itália.

A referenciada foi defensora dos direitos humanos e activista social, uma das protagonistas dos acontecimentos de 19 de Setembro de 1974, o que culminou com a independência de São Tomé e Príncipe em 1975.

Entre 1957 a 2001, ... »

Murmúrios gerais.

Pois 1957 é o que tenho cá, certamente é uma falha, depois podemos proceder à correcção.

«Entre 1957 a 2001, a mesma desempenhou as funções de Directora do Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Secretária para Relações Públicas da Presidência da República, Ministra da Saúde, Ministra da Informação, Directora do Gabinete do Ministro do Plano e Directora-Geral do Gabinete de Promoção de Mulher e Família.

Considerando que a malograda exerceu também as funções de Deputada à Assembleia Nacional, nas legislaturas seguintes:

- I. (12/12/1975) – Círculo Eleitoral de Água Grande, pelo MLSTP;
- II. (12/05/1980) – Círculo Eleitoral de Água Grande, pelo MLSTP.

A Assembleia Nacional adopta, nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do seu Regimento, o seguinte:

1. Honrar a memória da Sra. Maria do Rosário Neto Afonso de Barros, pelo serviço prestado à Nação, enquanto Deputada desta Augusta Assembleia;

2. Expressar, através deste Voto de Pesar, a sua maior consternação e apresentar à família enlutada, parentes e amigos as profundas e sinceras condolências pelo seu desaparecimento físico.

Assembleia Nacional, São Tomé, 6 de Fevereiro de 2024.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço».

A Sra. **Presidente**: — Alguma intervenção? Não sei se podemos fazer a correcção da data agora, ou aprovamos na mesma e depois os serviços irão assegurar esta alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Depois de ouvir a leitura fiquei um tempo a reflectir se iria fazer esta intervenção ou não, mas decidi fazer.

É muito bonito isso de irmos aqui, depois da pessoa falecer, fazer esses discursos, essas leituras, esses textos! Quem acompanhou os últimos anos de vida desses heróis como o caso de José Fret Lau Chong em particular, obviamente não é da minha geração, mas aquilo que vi, que li sobre o herói nacional José Fret Lau Chong, não só depois de sermos um Estado independente, “soberano”, como um mais velho disse: «*Gina a pega tela bila pais, sa mo kwa bila!*» Mesmo antes de 12 de Julho de 1975, quem foi José Fret Lau Chong, aquilo que ele fez, o seu percurso, não só para o Movimento, neste caso, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, desde o tempo da CLSTP, como para os movimentos de libertação das ex-colónias portuguesas, é triste vermos e ouvirmos o que aconteceu no fim. Quem me conhece sabe que não sou de intrigas, não sou muito de disse que disse, mas ouvi pela própria filha aquilo que aconteceu.

Estava em Lisboa, não estava cá, por isso não participei no enterro, mas quando cheguei fui perguntar a filha. Ouvi tanta coisa, li tanta coisa nas redes sociais, mas o que é que aconteceu? Ela disse-me o que aconteceu. E conheço essa minha amiga e colega, não é de hoje, sei que ela não mente e não mentiu.

Por isso, acho que precisamos de muitos antropólogos, São Tomé e Príncipe está a precisar de antropólogos para estudar quem somos de facto. O que se passa connosco, são-tomenses? O que se passa com este país? Porque somos tão maus, tão ruins connosco mesmos e com os nossos heróis?

Vamos levantar as mãos, fica escrito que fizemos voto de pesar, disto, daquilo, mas os últimos anos deste senhor e outros casos mais... Se fosse em Cabo Verde não aconteceria isso, de certeza, não só em Cabo Verde, mas em outros países mesmo de África!

O Sr. **Jozino Veiga** (ADI): — *Falou fora do microfone.*

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Sr. Deputado, quando estou a intervir, por favor, fique calado. O Sr. é Deputado da diáspora deve preocupar-se com os problemas que a diáspora tem.

Aplausos do Basta e do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Estamos a apreciar os votos de pesar lidos pela Sra. Secretária da Mesa, o Sr. Deputado Levy Nazaré fez uma intervenção a volta dos votos de pesar. Estamos abertos para submeter à votação, com correcção não garanto, porque números são números, se formos agora arranjá-los às pressas, o número poderá não ficar correcto.

É só irmos verificar o tal período de 1957 a 2001, este período vamos ter que verificar e já com verificação, não podendo ser agora, vamos aprovar. Vamos ver a data.

Há mais alguma intervenção à volta dos votos de pesar?

Se houver necessidade, se não for esta data, porque os Serviços normalmente fazem recolha junto aos familiares também e não posso aqui precisar se foi mesmo nesta data.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo dos Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Saudações, bom ano a todos. Ao Sr. Ministro que inaugura hoje as suas acções na plenária, votos de sucessos.

Sra. Presidente, estamos a tratar destes dois votos de pesar, mas andamos ou temos tido condutas distintas para cada caso.

Abro um parentese para apelar aos Srs. Deputados para que na mesma linha que temos tido para o Regimento, também olharmos para as Precedências Protocolares que saiu com um erro na publicação, em vez de sair precedência, saiu «Presidências Protocolares». E nessa altura corrigirmos este assunto, de quais são os cidadãos são-tomenses que têm direito ou não a um funeral de Estado, quais são os cidadãos que têm direito a sessão solene da Assembleia Nacional. Porque vivemos um episódio triste, que até hoje ficou sem estar bem esclarecido com relação ao herói José Fret Lau Chong. Marcado, desmarcado, tivemos algumas sessões para organizarmos isso, os Serviços da Assembleia desdobraram-se em contactos com a família, mas no final de contas, para dar tudo por não dito, para não haver sessão solene.

Se olharmos de facto para quem foi José Fret Lau Chong, acho que isso não fica bem. O País cometeu uma falha gravíssima, porque José Fret foi conhecido não só no País, mas também fora do País. E o mais esquisito, o mais estranho é que recebemos mensagens extraordinárias de outros países, de outros Partidos pelo passamento físico de José Fret, quando internamente não demos importância, não demos o tratamento adequado.

Portanto, Sra. Presidente este assunto merece de nós explicação, merece para nós atenção. Ficamos perturbados com este assunto.

A Sra. **Presidente**: — O próprio Sr. Líder foi testemunha dos expedientes feitos para que nós, pelo menos a Assembleia, dessemos alguma dignidade ao funeral do Eng.º José Fret Lau Chong.

Fora dos nossos propósitos fomos informados que já não seria, os motivos não temos todos presentes e as pessoas que foram sabendo, se calhar sabem mais do que nós. Mas para dizer que fizemos a nossa parte até onde chegamos, reunimos em conferência de líderes, fizemos todos os expedientes necessários. E como não se deve dizer tudo e aqui não se fala tudo também, é verdade, vamos assegurar a própria integridade do assunto. Para dizer que da nossa parte, fizemos tudo.

Prometendo a correcção da data do período aqui citado, se calhar não é o mesmo, não é o real, estou a sugerir que suspendamos o voto de pesar até conseguirmos a data exacta. O Plenário é soberano. O que fazemos?

Aprovamos prometendo a correcção? Então, está bem.

Vamos submeter os dois votos de pesar à votação.

Vamos submeter o voto de pesar pelo passamento físico do Sr. José Fret Lau Chong, à votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos submeter o voto de pesar pelo passamento físico da ex-Deputada Sra. Maria de Rosário Neto Afonso de Barros, à votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Para dizer que são 54 Deputados que votaram favoravelmente.

Vamos entrar agora no período da ordem do dia, o primeiro ponto que é a discussão e votação na generalidade, especialidade e final global do Projecto de Resolução n.º 57/XII/3.ª/2023 – Assentimento para que a Sua Excelência o Presidente da República pudesse se ausentar, porque já passou, do Território Nacional, com destino à Portugal, entre os dias 12 e 19 de Dezembro.

Para as pessoas que não acompanharam, nós na conferência de líderes anuímos que fosse dado o assentimento, porque no período que foi, não nos era possível realizar uma plenária só para dar assentimento ao Sr. Presidente da República, então os líderes todos, a Mesa da Assembleia, o Governo na pessoa do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares anuímos a saída do Sr. Presidente da República e hoje só estamos a formalizar. Como este, vêm mais dois assentimentos. Era só este esclarecimento.

Tem a palavra a Sra. Secretária, para apresentar a carta do Sr. Presidente da República.

A Sra. **Secretária**: — Vou proceder à leitura da missiva, proveniente da Presidência da República.

«Exma. Sra. Presidente da Assembleia Nacional, São Tomé.

Assunto: Assentimento para ausentar do Território Nacional.

Excelência, em observância do disposto n.º 1, do artigo 85.º da *Constituição da República*, venho solicitar o assentimento da Assembleia Nacional para me ausentar do Território Nacional com destino à Portugal, entre os dias 12 e 19 de Dezembro corrente, a convite do Sr. Nazim Ahmad, Alto Funcionário do Ismail Imamat para os Assuntos com Portugal e outros países lusófonos, visitar a sede mundial do Ismail Imamat (*Diwan do Ismail Imamat*) em Portugal.

Com os melhores cumprimentos.

São Tomé, aos 5 de Dezembro de 2023.

O Presidente da República, Carlos Manuel Vila Nova.»

A Sra. **Presidente**: — Obrigada, Sra. Secretária da Mesa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Santos para proceder à leitura do parecer da 1.ª Comissão.

O Sr. **Arlindo Santos** (ADI): — «Parecer da 1.^a Comissão Especializada sobre o Projecto de Resolução n.º 57/XII/3.^a/2023 – Assentimento para o Presidente da República se ausentar do Território Nacional, entre os dias 12 e 19 de Dezembro, com destino à República Portuguesa.

Foi submetido à Assembleia Nacional, no dia 5 de Dezembro do corrente ano, um pedido de Assentimento de Sua Excelência o Presidente da República, para se ausentar do Território Nacional, entre os dias 12 e 19 de Dezembro do corrente ano, com destino à República Portuguesa, a convite do Senhor Nazim Ahmad, Alto Funcionário do Ismail Imamat para os Assuntos com Portugal e outros Países Lusófonos e visitar a sede mundial do Ismail Imamat (*Diwan do Ismail Imamat*) em Portugal.

Para o efeito, a 1.^a Comissão Especializada Permanente reuniu-se no dia 26 de Dezembro do corrente ano para, dentre outros assuntos, analisar o supracitado pedido e indigitar o relator.

Após uma análise da missiva de Sua Excelência o Presidente da República, a Comissão concluiu que a solicitação cumpre os requisitos legais previstos no n.º 1 do artigo 85.º da *Constituição*, conjugado com o n.º 1 do artigo 244.º do Regimento da Assembleia Nacional. Neste sentido, a Comissão recomenda à Mesa da Assembleia Nacional a submeter o referido assentimento ao Plenário para os devidos efeitos.

Eis o parecer da 1.^a Comissão sobre o assunto em epígrafe.

A Comissão dos Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucionais, Administração Pública e Ética, São Tomé, 26 de Dezembro do ano 2023.

O Presidente, Elísio Teixeira.

O Relator, Arlindo Santos.»

A Sra. **Presidente**: — Obrigada, Sr. Deputado.

Ouvimos todos, o parecer da 1.^a Comissão. Vamos ouvir agora o projecto de resolução e depois abrir espaço para alguma questão, relativamente ao projecto de resolução.

Tem a palavra a Sra. Secretária.

A Sra. **Secretária**: — «Projecto de Resolução n.º 57/XII/3.^a/2023 – Assentimento para o Presidente da República se ausentar do Território Nacional com destino a Portugal entre os dias 12 e 19 de Dezembro do corrente ano.

Preâmbulo.

Tendo em conta o pedido de assentimento formulado por sua Excelência o Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, através da sua missiva datada de 5 de Dezembro do corrente ano;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da *Constituição*, o seguinte:

Artigo 1.º. Assentimento.

É dado assentimento, nos termos do n.º 1 do artigo 85.º da *Constituição*, para o Presidente da República se ausentar do Território Nacional, entre os dias 12 e 19 de Dezembro do corrente ano, com destino à República Portuguesa, a convite do Sr. Nazim Ahmad, Alto Funcionário do Ismail Imamat para os assuntos com Portugal e outros países lusófonos e visitar a sede mundial do Ismail Imamat (*Diwan do Ismail Imamat*) em Portugal.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 8 de Dezembro de 2023.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira de Almeida do Sacramento Lourenço.»

A Sra. **Presidente**: — O teor do projecto de resolução apresentado pela Sra. Secretária da Mesa.

Momento para considerações, abordagens.

Não havendo, vamos submeter à votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

A Sra. **Presidente**: — O projecto de resolução é aprovado na generalidade com 52 votos favoráveis.

Vamos submeter à votação na especialidade.

Preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 1.º. Assentimento.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Final global.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

É aprovado o Projecto de Resolução n.º 57/XII/3.ª/2023 Assentimento para o Presidente da República se ausentar do Território Nacional com destino à Portugal entre os dias 12 e 19 de Dezembro do corrente ano, com 52 votos favoráveis, ou seja, por unanimidade.

Vamos fazer um exercício idêntico que é a discussão e votação na generalidade, especialidade e final global do Projecto de Resolução n.º 58/XII/3.ª/2024 – Assentimento para que o Presidente da República possa se ausentar do Território Nacional, entre os dias 19 e 21 de Janeiro, com destino à República Democrática do Congo.

Tem a palavra a Sra. Secretária para fazer a leitura da carta.

A Sra. **Secretária**: — Vou proceder então à leitura da missiva proveniente da Presidência da República.

«Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Nacional, São Tomé.

Assunto: Assentimento para ausentar do Território Nacional.

Excelência, em observância do disposto no n.º 1 do artigo 85.º da *Constituição da República*, venho solicitar o assentimento da Assembleia Nacional para me ausentar do Território Nacional entre os dias 19 e 21 de Janeiro corrente, a fim de responder a um convite de Sua Excelência o Presidente da República Democrática do Congo, para as cerimónias de investidura do Presidente eleito, Felix-Antoine Tshisekedi Tshilombo.

Com os meus melhores cumprimentos.

São Tomé, aos 16 Janeiro de 2024.

O Presidente da República, Carlos Manuel Vila Nova.»

A Sra. **Presidente**: — Obrigada, Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gabdulo para a leitura do parecer.

O Sr. **Gabdulo Quaresma** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Técnicos, São-tomenses, aqui e fora daqui, bom dia. Srs. Ministros bom dia e sejam bem vindos. Um bom ano a todos.

«Parecer da 1.ª Comissão sobre o Projecto de Resolução n.º 58/XII/3.ª/2024 – Assentimento para que Sua Excelência o Presidente da República possa se ausentar do Território Nacional, a convite de Sua Excelência o Presidente da República Democrática do Congo, para as cerimónias de investidura do Presidente eleito, Felix-Antoine Tshisekedi Tshilombo, entre os dias 19 e 21 de Janeiro corrente.

Foi submetido à Assembleia Nacional, no dia 18 de Janeiro do corrente ano, um pedido de assentimento de Sua Excelência o Presidente da República para se ausentar do Território Nacional, a convite de Sua Excelência o Presidente da República Democrática do Congo, para as cerimónias de investidura do Presidente eleito, Felix-Antoine Tshisekedi Tshilombo, entre os dias 19 e 21 de Janeiro corrente.

Para o efeito, a 1.ª Comissão Especializada Permanente reuniu-se no dia 30 de Janeiro do corrente ano para, dentre outros assuntos, analisar o supracitado pedido e indigitar o relator.

Após uma análise da missiva de Sua Excelência o Presidente da República, a Comissão concluiu que a solicitação cumpre os requisitos legais previstos no n.º 1 do artigo 85.º da *Constituição*, conjugado com o n.º 1 do artigo 244.º do Regimento da Assembleia Nacional.

Neste sentido, a Comissão recomenda à Mesa da Assembleia Nacional a submeter o referido assentimento ao Plenário para os devidos efeitos.

Eis o parecer da 1.ª Comissão sobre o assunto em epígrafe.

A Comissão dos Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucionais, Administração Pública e Ética, São Tomé, 30 de Janeiro do ano 2024.

O Presidente, Elísio Teixeira.

O Relator, Gabdulo Quaresma.»

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Relator.

Tem a palavra a Sra. Secretária da Mesa para apresentar o projecto de resolução.

A Sra. **Secretária**: — «Projecto de Resolução n.º 58/XII/3.ª/2024 – Assentimento para que o Presidente da República possa se ausentar do Território Nacional, entre os dias 19 e 21 de Janeiro, com destino à República Democrática do Congo.

Preâmbulo.

Atendendo que deu entrada à Mesa da Assembleia Nacional o pedido de assentimento formulado por Sua Excelência o Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, através da sua missiva datada de 16 de Janeiro do corrente ano;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da *Constituição*, o seguinte:

Artigo 1.º. Assentimento.

É dado assentimento, nos termos do n.º 1 do artigo 85.º da *Constituição*, para que o Presidente da República possa se ausentar do Território Nacional, entre os dias 19 e 21 de Janeiro do corrente ano, com destino à República Democrática do Congo, a fim de participar nas cerimónias de investidura do Presidente eleito, Senhor Felix-Antoine Tshisekedi Tshilombo.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor e produz efeitos a partir do dia 19 de Janeiro de 2024.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 6 de Fevereiro de 2024.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço.»

A Sra. **Presidente**: — Considerações? Alguma questão?

Não havendo, vou submeter à votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

É aprovado na generalidade com 50 votos favoráveis.

Vamos passar à especialidade.

Preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 1.º. Assentimento.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Final Global.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

É aprovado por unanimidade, o assentimento para que o Presidente da República se ausente do Território Nacional entre os dias 19 e 21 de Janeiro, com destino à República Democrática do Congo.

O ponto 3 da nossa agenda é a discussão na generalidade, especialidade e final global da Proposta de Resolução n.º 25/XII/3.ª/2024 que é o assentimento ao Presidente da República autorizar a entrada do Navio Patrulha de Alto Mar da Marinha Francesa no período de 30 Dezembro a 2 de Janeiro de 2024.

Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares para fazer a apresentação do assentimento.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, dos Assuntos Parlamentares e de Coordenação Sustentável** (Lúcio Daniel Lima Magalhães): — Sua Excelência a Presidente da Assembleia Nacional, Excelentíssimos Srs. Líderes Parlamentares, na vossa pessoa quero cumprimentar todos os

Deputados aqui presentes nesta Assembleia. Bom dia Sr. Ministro, bom dia a todos são-tomenses residentes no nosso país.

Srs. Deputados, permitam-me antes mesmo de entrar no assunto que aqui me trouxe, que teça umas breves palavras, uma vez que é a primeira vez que venho aqui, passo a redundância e liberdade da linguagem, como é a primeira vez que venho cá, gostaria de dizer mais qualquer coisa em relação a minha presença, actuação e a situação enquanto Ministro com esta pasta.

Os Deputados são legítimos representantes do povo, o mesmo povo que outorga o seu destino nas mãos dos deputados, ou seja, os deputados são aqueles em quem o povo deposita a sua esperança. Sinto-me por isso, muito honrado por poder participar aqui, a partir deste palco e a partir desta conjuntura, deste exercício para no fundo termos aqui o progresso que todos desejamos para o nosso país, São Tomé e Príncipe.

Quero, em nome do Governo, aproveitar para endereçar os mais profundos sentimentos de pesar aos familiares das vítimas do acidente ocorrido no passado dia 3, na Zona Sul do País.

Quero também agradecer as palavras de apoio e de encorajamento que recebi aqui das diversas pessoas que me antecederam e dizer que conto bastante com a vossa colaboração, boa articulação para que nós possamos obviamente fazer um trabalho tal como o povo espera de nós. Da minha parte, obviamente, podem esperar toda a colaboração igual, trabalho e dedicação. Outra coisa não se espera de alguém que assume responsabilidades tal como eu assumi.

Aos deputados, a todos, tendo em conta que aqui também está o ministro, quero dizer que todos cometemos erros, falhamos oportunidades e objectivos. Entretanto, é também verdade que a evolução não é um processo linear, não é qualquer coisa que tem só um sentido progressivo. Significa que há avanços e recuos, entretanto aquilo que nós desejamos, aquilo que todos os são-tomenses esperam de nós é que nós mudemos as situações com as quais não concordamos ou com as quais não convivemos bem, ou seja, o que é preciso é que haja comprometimento, que haja engajamento de todos os são-tomenses, pelo menos em matérias essenciais para o nosso progresso, para o nosso desenvolvimento colectivo. É esta a preocupação do Governo, é este o nosso objectivo. Um plano talvez mais sociológico ou governativo, eu diria mesmo.

Como estamos ainda no início do ano, gostava de desejar um ano de 2024 próspero, que seja um ano de progresso e de coesão social e que possamos obviamente juntos melhorar a vida dos são-tomenses, que é isso que todos os são-tomenses esperam de nós.

Em suma, espero que este ano não seja um ano perdido. Tendo em conta e fazendo aqui conexão com aquilo que eu dizia, é que apesar dos erros, apesar das falhas e apesar das oportunidades perdidas, que este não seja um ano perdido.

Pronto, dito essas palavras quero aqui entrar naquilo que me trouxe cá, para dizer o seguinte:

«Tem sido prática a República Democrática de São Tomé e Príncipe receber nas suas águas territoriais, visitas de cortesia de Navios das Marinhas com as quais São Tomé e Príncipe tem relações de amizade e cooperação.

Estas visitas são realizadas no âmbito de acordos de cooperação existentes e, servem para estreitar e aprofundar laços de amizade entre os povos e são também ocasião soberana para a troca de experiências com os quadros da Guarda Costeira Nacional.

Durante a permanência desses navios, os quadros da Guarda Costeira trocam experiências e capacitam em matérias de ilícitos no mar, busca e salvamento, pirataria marítima, entre outras acções.

Esta missão insere-se no quadro da operação Corymbe 23.6 cujo objectivo é de garantir a presença de meio naval no Golfo da Guiné e ao largo da Costa da África Ocidental, para a realização de treino conjunto com Marinhas e Forças Aéreas de países do Golfo.

É neste quadro que o Navio Patrulha de Alto Mar da Marinha Francesa, denominado *Enseigne de Vaisseau Jacoubet* operará nas águas territoriais são-tomenses, no período de 30 de Dezembro a 2 de Janeiro de 2024 por ocasião da missão Corymbe 23.6.»

É tudo o quanto, tenho a dizer, Srs. Deputados, muito obrigado por me ouvirem, espero que seja útil a minha presença aqui no vosso meio, espero verdadeiramente ser um contribuinte activo, participativo, para depois se beneficiar desta contribuição.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Ministro pelas palavras. E sendo a primeira vez a fazê-lo no nosso seio, seja bem-vindo e os nossos melhores cumprimentos.

Assim sendo, vamos passar agora a apresentação do parecer.

Tem a palavra o Sr. Deputado Edmilson Neves.

O Sr. **Edmilson Neves** (ADI): — Venho proceder à leitura do parecer.

«Parecer da 1.^a Comissão Especializada Permanente relativo a Proposta de Resolução N.º 25/XII/3.^a/2023 – Assentimento para que o Presidente da República autorize a entrada do Navio Patrulha Alto Mar da Marinha Francesa denominado *Enseigne de Vaisseau Jacoubet* no período de 30 de Dezembro a 2 de Janeiro de 2024.

Enquadramento.

O Governo, através do Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e Assuntos Parlamentares, submeteu à Mesa da Assembleia Nacional, um pedido para dar assentimento ao Presidente da República para autorizar a entrada do Navio Patrulha Alto Mar da Marinha Francesa, nas nossas águas territoriais, no período de 30 de Dezembro a 2 de Janeiro de 2024.

Estas visitas têm como objectivo estreitar e aprofundar os laços de amizade e de cooperação entre os povos dos países envolvidos e, mais do que isso, insere-se no quadro da operação *Corymbe 23.6*, cujo objectivo é de garantir a presença do meio naval no Golfo da Guiné e ao largo da costa da África Ocidental, para a realização do treino conjunto com a Marinha e Forças Aéreas de Países do Golfo.

Reunida no dia 12 de Janeiro do corrente ano, os Deputados da Comissão após a análise e verificação do cumprimento dos pressupostos e requisitos legalmente exigidos para o efeito, concluíram que o pedido do Governo encontra a sua legitimidade na alínea j) da Lei n.º 1/2003, da *Constituição da República*, de 29 de Janeiro, pelo que a Assembleia Nacional tem concomitantemente legitimidade nos termos da alínea n) do artigo 97.º, igualmente da *Constituição da República*.

Assim, nos termos da alínea n) do artigo 97.º conjugado com a alínea j) do artigo 111.º e com o artigo 112.º, todos da *Constituição*, esta Comissão recomenda à Mesa da Assembleia Nacional, para ser submetida ao Plenário para os devidos efeitos.

São Tomé, em 12 de Janeiro de 2024.

O Presidente, Elísio Teixeira.

O Relator, Edmilson Neves.»

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária da Mesa, para fazer a apresentação da proposta de resolução.

A Sra. **Secretária**: — «Texto Final da Proposta de Resolução n.º 25/XII/3.^a/2024 – Assentimento ao Sr. Presidente da República para autorizar a entrada do Navio Patrulha de Alto Mar da Marinha Francesa *Enseigne de Vaisseau Jacoubet* no período no período de 30 de Dezembro de 2023 a 2 de Janeiro de 2024, por ocasião da missão *Corymbe 23.6*.

Preâmbulo.

Havendo a necessidade de se autorizar a entrada e permanência do Navio Patrulha de Alto Mar da Marinha Francesa *Enseigne de Vaisseau Jacoubet* nas águas territoriais são-tomenses, no quadro da realização da operação *Corymbe 23.6*;

A Assembleia Nacional resolve nos termos da alínea b) do artigo 97.º da *Constituição*, o seguinte:

Artigo 1.º. Assentimento.

É dado o assentimento ao Presidente da República, nos termos da alínea n) do artigo 97.º da *Constituição*, para autorizar a entrada e permanência nas águas sob a jurisdição nacional do Navio Patrulha de Alto Mar da Marinha Francesa *Enseigne de Vaisseau Jacoubet*, no período de 30 de Dezembro de 2023 a 2 de Janeiro de 2024, no âmbito da realização da Operação *Corymbe 23.6*.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor e produz efeitos a partir do dia 30 de Dezembro de 2023.

Assembleia Nacional aos 6 de Fevereiro de 2024.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira Sacramento.»

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Secretária da Mesa.

Apresentada que está a proposta de resolução, solicito os Srs. Deputados, se há alguma intervenção, alguma proposta de alteração.

Não havendo, vou submeter à votação na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

A proposta de resolução é aprovada na generalidade, com 53 votos favoráveis.
Vamos passar à especialidade. Nada a alterar?
Vamos submeter à votação.
Preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 1.º. Assentimento.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Final Global.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Acabamos de fazer um exercício de formalização dos pedidos dirigidos à Assembleia, por Sua Excelência o Presidente da República.

Vamos passar ao quarto ponto, que é a discussão e votação na generalidade, especialidade e final global da Proposta de Lei n.º 24/XII/3.ª/2024 – Autorização Legislativa para Legislar sobre o Sector Propriedade de Meios de Produção.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças para apresentar a proposta de lei.

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças** (Ginésio da Mata): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Sendo a minha primeira intervenção nesta Casa Parlamentar este ano, gostaria igualmente de desejar um bom ano a todos e que o ano presente 2024 seja de facto o ano da viragem que todos nós pretendemos para São Tomé e Príncipe.

Venho aqui na sequência da Proposta submetida pelo Governo, relativamente ao requerimento de uma autorização legislativa para legislar sobre os sectores de propriedade e meios de produção.

Esta necessidade deriva do facto da lei fundiária actual prever que no caso da concessão de terras que confinam com o litoral, a concessão deverá ser dada através de um decreto-lei. O Governo poderia simplesmente fazer um decreto-lei, a Lei Fundiária já o prevê, mas entretanto, o nosso pedido visa regulamentar muitas concessões que foram dadas sem obedecer esse preceito legal. Daí que o nosso pedido, ao ser aprovado pela Assembleia Nacional, vamos poder legislar por via de decreto-lei, para primeiro regularizar as concessões anteriormente atribuídas, os terrenos ao nível do litoral do nosso país.

Há uma preocupação premente em que, por exemplo, se nós olharmos para o Distrito de Cantagalo, está a ser vedado o acesso ao público à muitas praias. Precisamos regulamentar esta matéria, garantindo que o cidadão nacional continue tendo acesso às praias, e os estrangeiros que nos visitam naturalmente, e ainda assim garantindo o direito dos concessionários actuais. Por isso é que nós solicitamos esta autorização legislativa para podermos regulamentar este tema. O nosso pedido vem na esteira também de propostas de investidores que pretendem empreender ao nível do litoral do nosso país, para nós não correremos o mesmo erro das concessões anteriormente atribuídas, por isso submetemos este pedido de autorização legislativa para trabalharmos a matéria numa base legal e sustentável, para o bem de toda a população de São Tomé e Príncipe.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Ministro.

Era suposto chamar-mos agora a 1.ª Comissão para a apresentação do parecer, mas até o momento, a Mesa não recebeu qualquer parecer da 1.ª Comissão em relação a esta matéria e sendo o Plenário

soberano para essas decisões de discussão e de aprovação, nós nos socorremos do artigo 152.º, n.º 4, para apresentarmos ao Plenário e aqui discutirmos e analisarmos a questão em causa.

Assim sendo, está aberta a discussão, temos os tempos disponíveis e as Sras. e os Srs. Deputados se quiserem fazer intervenção com relação à matéria, estejam à vontade.

Tem a palavra o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Ministro, ao fazer a apresentação deste pedido de autorização legislativa, fez referência ao objecto, ao sentido, mas não percebi, tão pouco a extensão e a duração. São condições indispensáveis nos termos do artigo 187.º para que se autorize o mesmo.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Srs. Deputados, a Comissão diz não ter recebido...

«O artigo 188.º – Regras Especiais, o ponto 1. As autorizações legislativas observam-se as seguintes regras especiais: a) A iniciativa originária é da exclusiva competência do Governo. b) Não há exame em Comissão.»

Se calhar, por isso não foi. Certamente não foi para a Comissão, mas nós aqui podemos discutir. Ainda que fosse, mas não indo, também dá na mesma. Portanto, temos todas as prerrogativas de analisar aqui, discutir e aprovar ou não, cá no Plenário.

Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças**: — Ao Sr. Deputado Líder da Bancada do MLSTP/PSD, sim, o reparo, peço desculpas. Não fi-lo, antevendo que as Sras. e os Srs. Deputados tinham acesso ao documento e estava ali escrito. Peço desculpas uma vez mais pelo lapso e vou passar a fazer, digamos a leitura dos pontos que evocou, nomeadamente, a extensão e a duração.

Relativamente ao objecto, como disse:

«A presente Lei de Autorização Legislativa tem por objecto autorizar o Governo a legislar sobre a propriedade de meios de produção.»

No que toca à extensão, a presente autorização legislativa contempla: «

a) A criação de um regime de concessão e exploração dos terrenos pertencentes ao domínio público do Estado para uso privativo;

b) A regulação para todos efeitos da ocupação dos leitos marítimos em geral, com ou sem contratos de concessão dos referidos terrenos Pontão/Cais;

c) A revisão do Regime Jurídico de Exploração e Extração de Inertes.»

São questões que nós detectamos, que existe uma certa desordem e falta de regulamentação da actividade a nível do País.

No que toca à duração, a presente Lei de Autorização Legislativa tem a duração de 120 dias a contar da data da sua publicação no Diário da República.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada pelo esclarecimento, Sr. Ministro.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra, o Líder do MLSTP/PSD.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, obrigado pelo esclarecimento no que tange à extensão e à duração. Mas sabe que a autorização legislativa tem que ser muito precisa e a extensão que nos apresentou cá, é um bocado lato. Quando se dá a autorização legislativa lato, ela abre espaço para várias acções e a lei não prevê isso. Quando se vai falar da extensão é para ser muito mais preciso ainda. E não senti precisão na explicação que deu o Sr. Ministro. Normal.

Murmúrios.

Eu não tenho problemas nenhuns com isso, meu caro. Eu digo aqui todos os dias, contrário do que disse o Sr. Primeiro-Ministro, qualquer assunto que tiver de irregularidade deve entregar à Justiça e não pode

guardá-lo na gaveta, portanto não tenho problemas quanto a isso. E não é isso que está aqui chamado agora.

Portanto, Sr. Ministro, eu não sei se pode ser mais explícito ou se pode facilitar-me uma cópia. Esta extensão...

O Sr. **Elísio Teixeira** (ADI): — Não dá cópia não!

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Não dá cópia não!? Qual é o teu problema? Você tem medo?

Risos do ADI.

Se não der cópia, aí que é problema grave!

Risos do ADI.

Está bom, Sr. Ministro, por favor, ajude-nos a perceber melhor esta extensão.
Obrigado.

Murmúrios gerais.

A Sra. **Presidente**: — Estamos no quadro da análise da proposta de lei. Não estamos no intervalo, Srs. Deputados, estamos a trabalhar, vamos fazer intervenções à volta da proposta de lei submetida.

Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças**: — Sr. Deputado Danilo Santos, a extensão é precisa. Esta autorização legislativa só tem três pontos com os quais o Governo vai trabalhar. O primeiro ponto é o de criação de um regime de concessão e exploração dos terrenos pertencentes ao domínio público do Estado para uso privado. Portanto esta questão é precisa, na medida em que, para a concessão geral, já a Lei Fundiária prevê. Creio ser a Lei 1/93. Entretanto na própria lei é dito que nos casos de terrenos pertencentes ao domínio público do Estado, grosso modo, é necessário um decreto-lei para a concessão dos terrenos que confinam com o litoral. Somente, o que é que acontece? Seguindo o que está previsto, teríamos que fazer um decreto-lei cada vez que surge um investidor. Isto é embaraçoso, por isso é que neste primeiro ponto, a extensão, é para nós legislarmos sobre um regime de concessão de terreno pertencente ao domínio público do Estado para o uso privado, para ficar já regulamentado como é que se procede nestes termos, é um ponto.

O segundo ponto visa uma vez estabelecido o regime, regularizar todas as concessões actualmente existentes desses terrenos.

E o terceiro ponto, tendo em conta o objecto é a revisão do Regime Jurídico de Exploração e Extracção de Inertes, que também hoje carece de uma regulamentação para padronizar essa actividade.

Portanto, são três pontos específicos, não há aí a latitude, digamos ilimitada, então tudo está circunscrito nestes três pontos.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Ministro.

Mais intervenções?

Tem a palavra, o Sr. Líder Danilo.

Murmúrios do ADI.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Não tem problema nenhum.

Sr. Ministro, estava mesmo a precisar da extensão para perceber bem. É que regulamentar a concessão de terrenos que confinam com a orla costeira, óptimo, mas juntar na mesma autorização regulamentar isso e a possibilidade de regulamentação sobre a exploração de inertes são duas matérias distintas.

No meu ponto de vista, uma autorização para tratar de exploração de inertes um assunto, portanto é que existe uma lei já de exploração de inertes poderá ser melhorada...

Vozes do ADI: — É de areia!

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — ... e os terrenos outra coisa.

Uma voz do ADI: — *Pontope da ni giba ê.*

Risos do ADI.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Portanto não acho que essa autorização legislativa deva ter toda essa extensão.

Quando se pensou, aquando da feitura da lei fundiária, que se entendeu que para cada uma dessas concessões devia se pôr um decreto-lei não é por acaso, é exactamente pela complexidade da matéria, do assunto. Gerimos com cautela para não ficar com os serviços subalternos, ele está de acordo com a lei actual no nível máximo para o devido controlo, a devida atenção, nestas atribuições de terra com espaço que confine com o mar.

Daí Sr. Ministro, explicou, percebi, mas não concordo que nesta mesma autorização legislativa se trate destes dois assuntos.

E repito, quando se pensou no decreto-lei sabe-se porquê, não foi por acaso, é para fechar ou apertar a malha, esta autorização tem que ser superior.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Ministro do Planeamento e Finanças: — Obrigado, Sra. Presidente.

O que Sr. Deputado veio aqui dizer é mais uma burocracia, para nós produzirmos um novo documento para voltamos a vir aqui e discutir.

Eu acho, que não há nada que impeça. Se for para separar os documentos é a mesma coisa, só vamos é perder tempo.

Uma voz do ADI: — Eles querem ganhar tempo!

O Sr. Ministro do Planeamento e Finanças: — O objecto cobre a extensão, os meios de produção, e os inertes também são os meios de produção e precisa-se regulamentar este processo de extracção. O regime de extracção. Inertes são meios de produção...

Uma voz do ADI: — Quem não sabe!

O Sr. Ministro do Planeamento e Finanças: — E o regime que tem sido utilizado no País não é o mais adequado, não está evidente.

Por isso, é que o nosso pedido de autorização legislativa é para regulamentar este processo.

Um operador tem uma concessão para exploração agrícola, entretanto começa lá a extrair inertes. Portanto, é isso que queremos regulamentar.

Por isso, a proposta de separar os documentos é perda de tempo e nós queremos é a celeridade neste processo.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Ministro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos, Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. Danilo Santos (MLSTP/PSD): — Senhor já me viu agir pela vontade dos outros?

Sr. Ministro, dizer que é perda de tempo é gravíssimo, não diga isso. Nós estamos a falar de legislações, matérias completamente diferentes. Não é porque nós queremos fazer, que queremos ganhar tempo, é que temos que fazer para despachar.

Por isso, é que depois lá fora todos os dias ou muita gente diz, estamos aqui com um conjunto de Deputados que não sabem nada do que discutem.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Temos que tratar das coisas com responsabilidade, com elevação sempre. Não me venham cá fazer politiquice, assuntos concretos! E o Sr. Ministro reconheceu que de facto separar documentos não haveria problemas, mas seria perder tempo. Em termos de legislações devemos fazer tudo de forma correcta. São matérias completamente diferentes, uma coisa é gerir terras, outra coisa areia...

Uma voz: — Inertes.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Inertes é muito lato, porque não é só areia. Portanto, é muito lato na mesma autorização legislativa Sr. Ministro, desculpe.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Líder Danilo Santos.
Tem a palavra Sr. Líder Parlamentar do ADI José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

A minha intervenção é apenas para aconselhar as pessoas.

O Deputado Líder Parlamentar do MLSTP/PSD até pode ter razão, mas reparem a forma como coloca a questão!

Uma voz: — Falou fora de microfone.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Exactamente!

A sugestão pode sugerir que haja separação, não pode é muitas vezes aproveitar dessa intervenção para depois dizer, “que é por isso que se diz”. Oiça, nós temos que evitar isso!

Porque quando nós usamos o microfone estamos a falar para o mundo todo, estamos a dizer, “por isso é que se diz que há um grupo de Deputados que não fazem nada aqui”. Faça favor!

Murmúrios.

Agora, o senhor ter uma sugestão é normal, o senhor pode avançar a sua sugestão, analisa-se e vê-se o que é que se pode fazer.

Agora, aproveitar disso para depois dizer, «é por isso que se diz...», eu acho que isto não é muito correto. Não é muito bom e é esta a minha intervenção.

A minha reacção é com relação ao comportamento do meu colega, companheiro Deputado, que não é o mais correto.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Líder José António.
Tem a palavra Sr. Deputado e Presidente da 1.ª Comissão, Elísio Teixeira.

O Sr. **Elísio Teixeira** (ADI): — Sra. Presidente, os demais Membros da Mesa, Srs. Deputados, Srs. Ministros, boa tarde.

Bem, isto de aulas grátis de Direito, vou começar a cobrar!

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Começa a cobrar sim.

O Sr. **Elísio Teixeira** (ADI): — Sim, porque objecto do pedido de autorização legislativa recai sobre concessões na orla costeira. Logicamente que na orla costeira, nós temos areia.

Logicamente a legislar sobre a orla costeira, tem de haver uma previsão sobre inertes.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Lei especial.

O Sr. **Elísio Teixeira** (ADI): — Não há aqui um problema de confusão. Não! Não! Não! Não há aqui um problema de confusão, não é um problema de extensão ou do objecto do pedido.

Uma voz: — Querem vender o País.

O Sr. **Elísio Teixeira** (ADI): — Se está-se a regular o que está na orla costeira descontado pedra e areia, o que é que nós temos lá mais?

Uma voz: Awa!

O Sr. **Elísio Teixeira** (ADI): — Quer dizer, não faz sentido eu regular uma concessão na orla costeira e não regulamentar o que lá está que é fundamental, por questão da praia e das pedras, e um bocado de água do mar também.

Sr. Deputado, aqui não há problema nenhum, porque isso está mais do que claro.

Obrigado.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente:** — Mais intervenções?

Tem a palavra Sr. Deputado Conceição Moreno.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, eu venho cá para levantar uma questão que é importante sobretudo em matéria daquilo que o próprio Governo pede para legislar.

Sr. Ministro, de facto é bom que quando estiver a legislar que seja totalmente imparcial sobre esta matéria. É bom que não haja nenhuma intenção de caça à bruxas também sobre essa matéria! Também para dizer que a Assembleia precisa fazer um trabalho muito forte sobre essa situação. Estou a falar precisamente do Príncipe. Quando as pessoas têm gestão do espaço público no domínio privado, as pessoas tornam-se donos disto que nem a própria autoridade do Estado. Nós que somos elementos do Estado, nós os Deputados, mesmo quando exibimos o nosso cartão, somos impedidos de usufruir...

Uma voz do MLSTP/PSD: — Muito bem.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Eu próprio fui à praia e fui barrado!

Risos do ADI.

E houve circunstância em que o segurança mandou-me pôr o carro fora. É só para nós termos a noção de como é que o País está a ser gerido. As pessoas têm concessão do espaço público, mas não são donos do espaço público. E têm que ter em atenção o proveito que todo o cidadão deve ter daquele espaço público.

Eu por exemplo sou de Sundry, nasci lá e agora nem posso entrar na praia. Fui com o carro e tanto o guarda como a directora disseram-me que eu não podia entrar. Eu posicionei o meu carro e disse, chamem a Polícia, porque eu não vou tirar o carro. Às vezes uma pessoa aborrece-se e perde a ética.

Eu não vou à praia na África do Sul, eu não vou à praia em Portugal, eu não vou à praia em lugar nenhum. Eu vou à praia aqui na minha terra.

E é preciso legislar e começar a tomar rédeas curtas com estas situações. E têm que acabar com a situação de pessoas que estão a pedir praia para vender. Pessoa sem dinheiro para comprar pão, quer praia? Para fazer o quê?

Aplausos do ADI.

Têm que começar a legislar, têm que começar a travar, porque é uma fonte de negócio e os investidores vêm em nome do investimento para questões de turismo e quando chegam aqui...

Sr. Ministro, eu não considero que São Tomé e Príncipe tem turismo. Nós não temos turismo, entre aspas. Porquê?

Temos o sector turístico, em que o cidadão nacional não tem proveito. Temos espaços públicos com guardas que você não pode entrar, as pessoas olham você na cara, porque se calhar querem ver o seu bolso. Não é possível!

Os terrenos estão totalmente virados para os estrangeiros, com preços que nós não podemos nem sequer usufruir. Não é possível isto!

O País tem que olhar para o proveito disto para o cidadão, não preparar o país para quem vem visitar. E nós que estamos cá?

Sobre a questão de areia, também que é uma questão de legislar, há uma batota que está aqui no país com relação a areia, há uma batota sobretudo...

Murmúrios do ADI.

Srs. Deputados convenhamos!

Há uma batota, porquê? Eu por exemplo tenho uma obra, se quiser construir é proibido extrair areia. Mas quando são as empresas, ou quando há conluios com elementos do Governo, aí já dá para fingir que está a fazer desassoreamento nas praias para poder levar areia. Isto é grave!

Estou a falar de assunto concreto, e posso dar exemplos. Temos que começar a deixar do clientelismo quando estamos no Governo, para nós podemos olhar para situação de forma transversal.

Portanto é sobre esta matéria. Têm que legislar e têm que trabalhar.

Uma voz do ADI: — E Micoló?

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Sr. Deputado por favor, eu falo do Príncipe porque eu conheço a realidade profunda. Faça favor.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Conceição Moreno.

Estamos a analisar o ponto 4, mais intervenções?

Não havendo mais intervenientes, não temos inscritos, vamos submeter à votação na generalidade.

Sras. e Srs. Deputados têm a proposta de lei no diário, estou a submeter para votação na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado com 29 a favor do ADI, 5 votos a favor do MCI/PS-PUN, 18 votos contra do MLSTP/PSD e 2 abstenções do Movimento BASTA.

Vamos submeter para votação na especialidade.

Submetido à votação, foi aprovado com 35 votos a favor, 18 votos contra e 2 abstenções.

Artigo 1.º. Objecto.

Submetido à votação, foi aprovado com 35 votos a favor, 18 votos contra e 2 abstenções.

Artigo 2.º. Extensão.

Submetido à votação, foi aprovado com 35 votos a favor, 18 votos contra e 2 abstenções.

Artigo 3.º. Duração.

Submetido à votação, foi aprovado com 35 votos a favor, 18 votos contra e 2 abstenções.

Artigo 4.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado com 35 votos a favor, 18 votos contra e 2 abstenções.

Vou submeter para votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado com 35 votos a favor, sendo 30 do ADI, 5 do MCI/PS-PUN, 18 votos contra do MLSTP/PSD e 2 abstenções do Movimento BASTA.

Está aprovada a Proposta de Lei n.º 24/XII/3.ª/2024 – Autorização Legislativa para Legislar sobre o Sector Propriedade de Meios de Produção.

O 5.º ponto, discussão e votação na generalidade, especialidade e final global da Resolução n.º 59/XII/3.ª/2024 – Orçamento da Assembleia Nacional para o ano económico 2024.

Tendo em conta que se aproxima a nossa hora de intervalo, vamos primeiramente solicitar aos Serviços se está tudo conforme para nós irmos ao intervalo, senão vamos começar e assim que estiver tudo pronto faremos o intervalo.

Vamos ao intervalo de 1 hora. Quer dizer que quando for 14 horas, voltaremos.

Eram 13 horas.

A Sra. **Presidente**: — Estamos de regresso, vamos retomar a nossa reunião com 40 Deputados presentes.

Então declaro reaberta a sessão.

Eram 14 horas e 5 minutos.

O Sr. Ministro das Finanças havia solicitado a troca da ordem do dia por causa de uma agenda que tem. Ainda continua de pé, o pedido?

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças**: — Sim.

A Sra. **Presidente**: — Mas eu tenho que devolver a questão à Assembleia, porque todos têm que estar de acordo para que se faça a troca na ordem dos pontos agendados.

Temos agora 43 Deputados na Sala, gostaria de solicitar a Assembleia se podemos passar o Orçamento da Assembleia para depois e avançarmos com os outros pontos sobretudo o ponto em que Sr. Ministro das Finanças tem que fazer intervenção, por causa de uma agenda que este apresentou. Uma proposta que ele tem na sua agenda e não vai conseguir estar aqui até ao momento da discussão do ponto em que terá intervenção.

Estou a solicitar a anuência da Assembleia. Todos estão de acordo?

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Nós vamos discutir o Orçamento da Assembleia, era de todo de salutar que o Ministro estivesse presente e que acompanhasse a nossa vida.

Eu acho que o Sr. Ministro devia ficar connosco para acompanhar essa vida.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Líder.

Certamente não anui. Não anuindo, não podemos avançar, porque basta haver um voto contra, não podemos trocar a ordem da agenda.

Portanto na intervenção do Líder, quer dizer que não vamos poder trocar Sr. Ministro, infelizmente.

Continuando, vamos avançar com a discussão do Orçamento da Assembleia Nacional.

Sem mais demora, gostaria de chamar o Sr. Presidente do Conselho de Administração para fazer a sua apresentação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ekeneide Santos.

O Sr. **Ekeneide Santos** (ADI): — Sua Excelência a Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Sua Excelência, Sras. e Srs. Deputados, Excelências, Ministro dos Assuntos Parlamentares e do Planeamento e Finanças, Técnicos da Assembleia Nacional e da Comunicação Social, Povo de São Tomé e Príncipe residentes e na diáspora e que nos acompanham neste momento, recebam as minhas sinceras saudações.

Estamos aqui hoje mais uma vez reunidos nesta nobre Casa Parlamentar, para a apresentação da Proposta do Orçamento da Assembleia Nacional para o exercício económico 2024.

Após a auscultação de todos os Grupos Parlamentares, do Sindicato dos Funcionários Parlamentares, da Direcção Administrativa e Financeira da Assembleia Nacional, dos Órgãos Autónomos afectos à Assembleia Nacional, nomeadamente o Conselho Superior de Imprensa, o Gabinete Técnico Eleitoral, o Gabinete de Registo e Informação Pública, a Agência Nacional de Protecção de Dados Pessoais e por último a Presidente da Assembleia Nacional e o Ministro do Planeamento e Finanças;

O Conselho de Administração de forma genérica, fixou para o ano 2024 os seguintes objectivos:

Potencializar o desenvolvimento do Capital Humano; Implementar maior Intercâmbio, Capacitação e Formação dos Deputados e Funcionários Parlamentares; Atribuição de subsídios de férias; Instalação do Gabinete de Assistência Médica; Criação e condições para os Deputados Eleitos nos círculos da diáspora; Enquadramento de encargos com a EMAE; Proporcionar melhores condições e ambiente de trabalho aos Deputados e Funcionários; Imprimir maior dinâmica na cooperação parlamentar e interparlamentar; Aquisição de meios rolantes para o transporte colectivo dos Serviços da Assembleia Nacional; Reabilitação e requalificação do edifício do Palácio dos Congressos; Melhorar o funcionamento dos serviços dos grupos parlamentares; Apetrechamento das salas de reuniões com materiais áudios visuais, informáticos, como forma de inclusão dos Deputados residentes na diáspora, bem como na Região Autónoma do Príncipe e funcionários da Assembleia Nacional através do sistema de vídeo conferência, e por último a promoção dos funcionários conforme as leis em vigor, entre outros.

Para a elaboração do projecto orçamento considerou-se os objectivos fixados pelo Conselho de Administração, bem como a execução do ano anterior. O orçamento para o ano económico 2024 está afixado em Dbs. 135.422.200,00 (cento trinta e cinco milhões, quatrocentos vinte e dois mil e duzentas dobras), sendo Dbs. 90.422.200,00 (noventa milhões, quatrocentos e vinte e duas mil e duzentas dobras) correspondentes à despesas correntes e Dbs. 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de dobras) correspondentes à despesas de capital. Entretanto, os constrangimentos orçamentais prevalecem e os duodécimos disponibilizados pelo Governo não sofreram qualquer alteração em relação ao ano anterior 2023 e que importa também salientar de que no Orçamento da Assembleia Nacional fixado em Dbs. 135.422.200,00 (cento trinta e cinco milhões, quatrocentos vinte e dois mil e duzentas dobras), inclui também os orçamentos dos órgãos autónomos afectos à Assembleia Nacional.

Com o orçamento ora proposto pretendemos promover um bom ambiente de trabalho, um bom clima de entendimento entre os deputados e os funcionários, a fim de imprimir uma melhor dinâmica nos trabalhos para que se possa dar respostas às diferentes exigências de acordo com a realidade que vão surgindo. Pretendemos também potencializar o capital humano, um elemento imprescindível, para o desenvolvimento de qualquer sistema sociedade, empresa e de uma forma geral, o nosso país.

A Assembleia Nacional deve dispor de recursos humanos à altura para dar respostas às suas necessidades pelo que necessário se torna promover acções de capacitação e formação dos funcionários parlamentares.

Tendo em conta a atualização da lei eleitoral designou-se algumas rubricas para suportar os encargos com deslocações dos deputados eleitos do círculo da diáspora e a criação de condições para a participação dos mesmos, através de vídeos conferências em algumas sessões plenárias, comissões especializadas, entre outras actividades da Assembleia Nacional.

Projecta-se também neste orçamento encargos com serviços de energia eléctrica fornecida pela EMAE.

Concernente ao Palácio dos Congressos, a estrutura física da sede do parlamento nacional é necessário se efectuar trabalhos de reabilitação tendo em conta o avançado estado de degradação, colocando-se em causa a vida dos deputados, funcionários e cidadãos que recorrem à nossa Casa Parlamentar para tratar de diversos assuntos.

No tocante aos meios rolantes, estão projectadas aquisições de viaturas para transportes dos deputados e serviços da Assembleia Nacional.

Pretendemos também promover a interação entre o eleitor e eleito através das deslocações dos deputados aos diversos Distritos e da Região Autónoma de Príncipe.

Pagamento de subsídios de férias e proceder às promoções dos funcionários da Assembleia Nacional, conforme a lei.

Melhoria de funcionamento: aquisição de móveis, kits informáticos e áudio visual para os serviços de reabilitação e grupos parlamentares e adaptação de algumas salas, gabinetes e refeitórios para a melhoria dos Serviços da Assembleia Nacional.

A proposta de Orçamento de Assembleia Nacional foi publicado no Diário da Assembleia Nacional n.º 34, 3.ª sessão legislativa, de 1 de Fevereiro de 2024.

Termino deixando à consideração das Sras. e dos Srs. Deputados, disponibilizando-me desde já para possíveis esclarecimentos, sugestões e dúvidas que possam surgir.

Muito obrigado pela vossa atenção.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Presidente de Conselho de Administração.

Está aberta a sessão para a discussão do Orçamento da Assembleia Nacional.

Não havendo intervenções, vamos submeter à votação.
Tem a palavra o Sr. Ministro Ginésio da Mata.

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças**: — Obrigado, Sra. Presidente.
Uma vez mais boa tarde.

Era só um esclarecimento. Ouvei o *report* do Sr. Presidente do Conselho de Administração relativamente ao tecto do orçamento. Eu queria mais detalhes desta proposta em termos do seu financiamento, porque a cifra avançada é divergente com o montante que vem na Proposta do Orçamento Geral do Estado.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Pedido de esclarecimento do Sr. Ministro.

Sr. Presidente do Conselho de Administração quererá responder o pedido de esclarecimento? Mais intervenções?

Tem a palavra o Sr. Deputado Ekeneide Santos.

O Sr. **Ekeneide Santos** (ADI): — Bom, não sei quais são os números que o Ministro deve ter no orçamento indicado, mas os números que temos aqui são idênticos aos do ano anterior e são os mesmos que constam neste ano. Não sei se há aqui algum erro, mas é o mesmo. Tanto é que é o mesmo desde 2022, 2023 e agora também 2024. Não sei se estou errado. Que os Serviços me corrijam. Estão certos? São os mesmos? O que nós temos aqui são os números de 2022 que são os mesmos do orçamento de 2023 em termos de números.

O que tentamos, é adaptar à nova realidade com os orçamentos que temos. Deixa-me só verificar, são Dbs. 90.422.200,00 para as despesas correntes. Não bate certo? Para as despesas de investimento Dbs. 45.000.000,00. Peço então aos Serviços que vejam com o Sr. Ministro se há algum erro. Porque aquilo que temos aprovado e o que temos no Diário da Assembleia são esses números. São os mesmos ou não? São os mesmos. Então que vejam com o Sr. Ministro para ver se há algum lapso, porque os números são os mesmos.

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças**: — Desculpa, quando refere que são os mesmos, são os mesmos quais?

A Sra. **Presidente**: — Não sabemos se o Sr. Ministro teve acesso ao actual documento. Mas também diz o Sr. Presidente do Conselho de Administração que não alterou grandes coisas. Que os números são iguais.

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças**: — Não está a enquadrar.

A Sra. **Presidente**: — Não está a enquadrar com o quê? Com o Orçamento Geral do Estado?

O Sr. **Ekeneide Santos** (ADI): — Sra. Presidente, enquanto isso se calhar eu pediria aos Serviços que vissem directamente estes números, porque aqui no mapa que temos e o que está no diário que foi distribuído, são estes números que avançamos. E esses são os mesmos números do ano 2022 e 2023. Enquanto isso vou aguardando.

A Sra. **Presidente**: — Enquanto vai-se resolver a questão dos números, mais intervenções. Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Obrigado, Sra. Presidente.

Desde sempre recordo que nesta Casa Parlamentar quando fui deputado pela primeira vez, vi essa situação e indaguei, como indaguei muitas outras coisas que aconteciam nesta Casa Parlamentar. E eu perguntei, mas porquê? Isso não é de hoje, desde 2010 e 2011 que ando a perguntar isso. Porque é que aprovamos o Orçamento da Assembleia primeiro que o Orçamento Geral do Estado? E perguntei aqui se o nome é Orçamento Geral do Estado, porque é que a Assembleia sai fora? Porque é que se tem que aprovar primeiro? Não sei se é verdade, mas disseram-me que é uma prática de forma a pressionar o Governo. «Se o nosso dinheiro não for aprovado primeiro, nós condicionamos a aprovação do Orçamento Geral do Estado no dia seguinte». Mas eu sempre disse que é uma prática que deve ser alterada. Porque quando nós

aprovamos e amanhã vamos ter esse exercício, temos aprovação institucional de vários sectores financeiro, institucional, social e a Assembleia deveria entrar na aprovação do Orçamento Geral do Estado na parte institucional, quando é a Presidência da República, os Tribunais e outros. Porque se fosse assim, acho que isso que está a acontecer hoje não aconteceria, penso eu. Essa discrepância dos números entre a Assembleia e o Governo, seria evitado.

Eu tomei conhecimento de uma iniciativa que ainda está nos corredores da amargura sobre a alteração do Regimento da Assembleia Nacional com “n” inconstitucionalidades: para a Assembleia passar a ter só um vice-presidente, para eliminar-se o período antes da ordem do dia, para passar a ser só ordem do dia e outras e outras aberrações da cabeça de quem eu não sei. Mas a maioria e o Presidente da República aprovam tudo! Esperemos para ver o que é que vai acontecer com essa maioria. Porque aprova-se tudo e promulga-se tudo! Mas são aberrações!

Está aqui um assunto que eu acho que é pertinente talvez fazer algumas alterações legislativas nesse sentido. Incluir o Orçamento da Assembleia dentro do Orçamento Geral do Estado e o dia em que discutirmos o Orçamento Geral do Estado também se discutiria o Orçamento da Assembleia.

A Sra. **Presidente**: — Tempo!

Sr. **Levy Nazaré (BASTA)**: — O meu tempo terminou.

Mas eu acho que para essas mentes que criam coisas, inventam coisas, acho que esse exercício serviria melhor à Nação e à Casa Parlamentar.

Muito obrigado.

Espero que com esse tempo as partes já se tenham entendido.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças**: — Obrigado, Sra. Presidente.

Eu creio que os serviços técnicos fizeram aqui uma confusão. O Orçamento Geral do Estado de 2023 para a Assembleia Nacional era de Dbs. 92.000.000,00. Na proposta do Orçamento Geral do Estado submetida ao parlamento, a dotação para Assembleia Nacional está Dbs. 92.235.180,00. Agora, o número que ouvi aqui de Dbs.135.000.000,00 ficam a faltar cerca de Dbs. 43.000.000,00. Este número na ordem de grandeza é quase impossível encontrarmos dentro do arranjo eventual que pudéssemos fazer do Orçamento Geral do Estado para atender este Orçamento que a Assembleia Nacional submete a aprovação. É quase impossível. São mais de 2 milhões de dólares, ou quase isso. É quase impossível encontrar esta diferença para atender a esta proposta do Orçamento da Assembleia Nacional.

Creio ter havido aí alguma confusão quando fizeram a compilação dos números.

A Sra. **Presidente**:— A questão de fundo já se esclareceu?

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD)**: — Sra. Presidente, estava precisamente à espera deste esclarecimento, porque de facto as questões que tenho elencadas para o Orçamento da Assembleia, são várias.

Bom, a coisa complica. A prática é aprovar o Orçamento da Assembleia Nacional 1 mês antes e está na lei, da aprovação do Orçamento Geral do Estado.

Tem sido prática e depois há discussões prévias para acertar, estou a me referir à discussões prévias. Se há um desentendimento ou não, há um acordo sobre o tecto orçamental da Assembleia, não há condições para discutir. Este que é o problema entre o Governo e a Assembleia, entre o Orçamento Geral do Estado e o Orçamento da Assembleia. Não há um acordo para o tecto da Assembleia e então o que é que vamos discutir? 92 milhões ou 135 mil milhões? É isto que tem que ser ultrapassado, mas agora. Antes naturalmente qualquer intervenção ou subsídio. Agora, se não há tecto para o orçamento da Assembleia vamos discutir na base de que tecto? É isso que gostava de saber, porque esclarecimentos já estão feitos, mas temos que nos pôr de acordo o que é que Assembleia está a discutir neste momento. Que orçamento? Na base de que número? Só em função disso é que a gente trará qualquer proposta.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ekeneide dos Santos.

O Sr. **Ekeneide Santos** (ADI): — Bom, eu acho que estamos a querer complicar aquilo que não é necessário. Se calhar o Ministro na sua explicação mais técnica não explicou muito bem o que as pessoas querem entender. O tecto do Orçamento Geral da Assembleia que está publicado são 135 no seu total. Sendo 90 mil das despesas correntes e 45 mil de despesas de capital. É esse que vem dar o total de 135.422 mil que estamos a discutir. Aliás o Orçamento da Assembleia Nacional neste momento é o que está no Diário. E o que está no Diário assinado e rubricado por todos os membros é o que todos os deputados têm no email. Agora, a questão que se coloca que eu percebi aqui na parte do Ministro, houve algum erro no número. Eu não sei qual é o Orçamento que o Sr. Ministro tem, mas as pessoas precisam perceber. É isso que o Deputado Levy estava aqui a levantar. Discutir um antes do outro. Quando normalmente o Estado vai elaborar o seu orçamento precisa que as instituições sejam elas com autonomia ou não, enviem o seu orçamento para as Finanças. E normalmente a Assembleia envia o orçamento, mas nem foi discutido pela Assembleia. O orçamento que discutimos com os grupos parlamentares, o orçamento que discutimos com o Sindicato, o orçamento que discutimos e levamos a Sra. Presidente e ao Ministro das Finanças que esteve presente é este o último orçamento que está no Diário. É este que é para ser discutido e aprovado. Agora se há algum erro no número, essa questão técnica já ultrapassa a minha competência. Aquilo que sei, que li e que foi aprovado e discutido é este orçamento que temos no Diário da Assembleia Nacional.

Não sei se está esclarecido, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças**: — Ainda não.

O Sr. **Ekeneide Santos** (ADI): — Também não? Não sei. Mas se o Sr. Ministro olhar para o orçamento do ano passado é o mesmo número. Sim. Eu tenho aqui o orçamento do ano passado. É o mesmo número.

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças**: — O Orçamento Geral do Estado que foi aprovado, a Assembleia Nacional tinha no total 92 milhões de dobras. 89 para as despesas de funcionamento e 3 milhões para as despesas de investimento. É isto que foi aprovado no Orçamento Geral do Estado.

O Sr. **Ekeneide Santos** (ADI): — Eu vou buscar o orçamento do Diário do ano passado.

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças**: — Pega o *Diário da República*. O Diário da Assembleia pode ter alguma falha.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Osvaldo Vaz.

O Sr. **Osvaldo Vaz** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros, boa tarde.

É a primeira intervenção minha este ano e assim gostaria de parabenizar o povo de São Tomé e Príncipe, porque atravessamos o ano 2023 mesmo com dificuldades e vamos rezar para que 2024 seja melhor.

Sra. Presidente, estou numa situação ingrata, Deputado e ex-ministro. Quando estive no governo também tivemos este problema e só queria aconselhar a Assembleia a acertar os números com o Governo. Não interessa nós termos um orçamento com valor pomposo, se de facto não houver condições de cumprir e por isso seria bom que os nossos valores não ultrapassassem muito o normal, porque na altura de execução não conseguiremos. O que eu queria apelar era antes de discutirmos o nosso orçamento, que houvesse conversações com o Governo para se poder chegar a meio termo. Estou a dizer isso, porque estamos a discutir, agora vamos discutir o quê? Nós não vamos aprovar? Temos poder e podemos aprovar. A Assembleia aprova o orçamento da Assembleia e como é que vai ser a sua execução? Por isso seria bom de uma vez por todas resolvermos esse impasse que não vem de hoje. Agora é altura própria para resolver isso. Eu estou numa situação ingrata e por isso tomei a palavra para tentarmos ver essa situação, porque se ela não for resolvida hoje, qualquer ministro das finanças que vier vai ter o mesmo problema. Então vamos aproveitar e resolver isso. Governo é possível que possa melhorar uma coisa, Assembleia também tem que reduzir algumas coisas, para haver um meio termo, para termos um valor consensual.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças**: — O Sr. Presidente de Conselho de Administração referiu aí e é verdade que a construção da proposta do orçamento segue uma rotina. Há instruções que são distribuídas com prazos para que os sectores submetam as suas propostas. As propostas dos sectores são livres. Ela é feita na base das necessidades que é avaliada sectorialmente, mas porque o orçamento tem regras e a partida deve ser equilibrado, isto significa que a lista de todas as necessidades constituem despesas que terá que ter do outro lado o recurso necessário, receita e financiamento para garantir a sua exequibilidade. Daí que quase sempre as propostas dos sectores não são consideradas na sua totalidade. E da reunião que tivemos aqui na Assembleia nós não falamos de números. E uma vez que a proposta do Orçamento Geral do Estado foi submetida à Assembleia Nacional desde o dia 15 de Dezembro, a Assembleia ao formular o seu orçamento devia verificar qual é a dotação que está sobre a proposta para o ano 2024.

Na reunião que tivemos, falámos de uma série de necessidades que foram aqui elencadas; a questão das viaturas, os equipamentos, a rede informática e tudo isso, mas falamos na lógica de com a mesma dotação, porque ela vem de um tempo para cá, mas não é executado na plenitude porque a tesouraria não suporta.

Bastaria algum esforço, caso houvesse, digamos, ao nível da Tesouraria do Estado esta possibilidade de incrementar as transferências que são feitas. Mas o tecto do orçamento na igual proporção poderia atender as demandas da Assembleia, refiro não na totalidade, mas atender igual proporção do que foi possível em 2023, por exemplo, e incrementar uma outra melhoria necessária ao funcionamento da Casa Parlamentar. Daí que este *gap* entre 135 milhões de dobras e 92 milhões de dobras é bastante elevado e será difícil encontrar acomodação, ainda que se cortasse de outros sectores, porque tudo isso está no limite.

A necessidade de melhoria não é exclusiva da Casa Parlamentar, se olharmos para a Defesa também há necessidade, na Saúde também há necessidade, na Educação também há necessidade, por isso que enquanto Governo temos que olhar para todo o ecossistema e atender na proporção adequada para garantir o funcionamento das instituições.

A Sra. **Presidente**: — Perante o impasse o que fazer?

Mais opiniões, mais contribuições? O que fazer?

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, não há outro caminho. Há um impasse Governo/Assembleia e um impasse de fundo que tem a ver com o tecto orçamental. O que o Governo tem no OGE são 92 milhões de dobras e o que a Assembleia nos propõe são 135 milhões de dobras e já estão distribuídos.

Das duas uma, se o Governo aceitar os 135 milhões de dobras e já vimos que não é possível, pelas palavras do Ministro, continuamos a discussão, mas se o Governo mantém o que está no Orçamento, é isso que está no OGE 92 milhões de dobras, então toda a classificação, toda a distribuição do nosso orçamento está na base de 135. Se o Governo disse que não consegue dar 135, estamos a perder tempo com isso mais pra quê?

Acho que este documento tem que ser adaptado. Há falhas que não podemos permitir, é pena, eventualmente não estive na reunião do Conselho de Administração com os grupos parlamentares, sobretudo com o MLSTP/PSD. Como é que o Ministro chega a nos dizer que no Conselho de Administração não se discutiu números, então orçamento é o quê? É base.

Para começar uma discussão tenho que saber qual é a disponibilidade financeira, qual é o tecto e partir daí fazer a distribuição.

O Sr. Ministro disse aqui que não se chegou a acordo. Então meus senhores membros do Conselho de Administração, isso é o básico, não é preciso ser economista, não é preciso ser nada.

Vou discutir um orçamento sem conhecer o tecto, como faço a distribuição?

Por isso não há outro caminho, Sra. Presidente. Já vimos que o Governo está resistente e não vai alterar.

Uma voz: — Já fechou.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Penso que está fechado, vai encontrar essa verba aonde? Inventar dizer que vamos aprovar 135 e depois não há reembolso?

Então, temos que mandar tudo isso para trás para refazer e trazer numa outra data, porque não há outro caminho. Por isso que tenho colocado as intervenções e aí o Conselho de Administração evoca alguns princípios daquilo que é o melhoramento dos trabalhos parlamentares. Como vai fazer se não tem orçamento?

Só há esse caminho, Sra. Presidente.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MSTP/PSD): — Sra. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia. Saudar o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e desejar-lhe sucessos nesta missão.

E ainda bem que o Sr. Ministro indicou o valor da Assembleia para eu ir ver o orçamento com olhos de ver. E esta minha intervenção, espero bem que nós que somos deputados nos posicionemos claramente.

Estou a falar da Casa Parlamentar, órgão colegial, tem um orçamento de 92.253.180 milhões de dobras. Esta é a verba que o Sr. Ministro diz que já não pode e nem tem margem para alterar e vou ver o Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro com 82.076.886 milhões de dobras.

Minha gente, há qualquer coisa aqui que não está certa. Como é que o Gabinete do Primeiro-Ministro tem um orçamento com pouca diferença com aquilo que é a Casa colegial, a Casa do povo, a Casa da lei que é a Assembleia Nacional. Há qualquer coisa aqui que não está a bater certo. Acho que nós enquanto deputados e em defesa da Casa Parlamentar devemos claramente nos posicionar.

A diferença de um órgão colegial e o Gabinete do Primeiro-Ministro é muito pouca, por isso peço aos senhores deputados para olharmos para isso com olhos de ver.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Santos.

O Sr. **Arlindo Santos** (ADI): — Boa tarde a todos.

Sra. Presidente, acho que deve haver aqui um equívoco desnecessário, porque deveríamos manter o orçamento que o Governo propõe e o que a Assembleia propõe, aprovamos essas duas opções.

Não podemos estar aqui a discutir montantes, porque são números, isso é dinheiro do outro minha gente,...

Aplausos do ADI.

Vamos ser claros, vamos aprovar isso como está aí e ponto final.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças**: — Apenas para esclarecer o Sr. Deputado Raúl Cardoso que chutou um número amarrado, olhe para os detalhes.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MSTP/PSD): — Seja como for!

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças**: — Não, não! São coisas totalmente diferentes. No Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro está a dotação da Presidência da CPLP,...

Vozes do ADI: — Ele sabe.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças**: — ...está lá escrito, olhe o detalhe.

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — É só obsessão!

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças**: — Da forma como colocou o problema parece que há uma desproporcionalidade de dotação.

Uma voz do MLSTP/PSD: — E há!

O Sr. **Ministro do Planeamento e Finanças**: — Não, não! No âmbito das actividades da CPLP das quais São Tomé e Príncipe detém a presidência, se a Assembleia tiver alguma actividade neste domínio é daqui que vai sair a despesa, portanto, são coisas totalmente diferentes.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MSTP/PSD): — Não me convence!

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Fui acompanhando muito atentamente as intervenções aqui havidas, de facto levanta uma preocupação.

Um dos colegas deputados fez referência a necessidade de se discutir primeiro o OGE, não sei se entendi muito bem, se calhar não haveria necessidade de se discutir o Orçamento da Assembleia Nacional, talvez não seja isso que ele quis dizer. Mas o Orçamento da Assembleia Nacional, sim, deve-se discutir como discute-se também dos outros organismos autónomos, mas que deveria ser depois de se aprovar o OGE.

Acho que é uma proposta que podemos começar a trabalhar no sentido de ver qual das opções se deve fazer para o futuro.

Mas há aqui uma questão, estamos a falar aqui na Sala e me preocupa bastante, como se o Conselho de Administração fosse um órgão que veio para a Sala discutir connosco. O Conselho de Administração não é nenhum órgão externo da Assembleia que veio discutir connosco, é um órgão da Assembleia Nacional onde estão todos os grupos parlamentares representados.

Acho que temos que evitar esse tipo de linguagem e muitas vezes sentado no lugar a dizer: «abre olho, aperta-lhes».

Aperta quem? O Conselho de Administração?

Temos que começar a mudar, não podemos querer resultados diferentes com a mesma prática todo momento, aproveitamento político mesmo naquilo que sabemos que é da nossa responsabilidade.

O Sr. Deputado Arlindo Barbosa sabe, está na Casa Parlamentar há muito tempo, o Conselho de Administração é um órgão da Assembleia em que o Presidente é do grupo parlamentar maioritário e os outros também têm presença ali, é preciso discutir as coisas até a exaustão para depois trazermos para aqui. Estamos a olhar só para o Grupo Parlamentar do ADI praticamente, mas não é isso.

O Conselho de Administração tem deputados de todos os partidos políticos, tem do MLSTP/PSD, do MCI/PS-PUN e do ADI, inclusive tem também representante dos trabalhadores.

Estamos a olhar para isso a querer fazer politiquice, quando deveríamos vir para aqui e dizer; «Não, não, a nossa proposta é essa, vamos fazer isso, fazer aquilo, alterar aqui».

Se houver necessidade, o que vou fazer no fim da minha intervenção é pedir a suspensão para analisarmos a coisa de forma mais fria e não estar aqui a fazer politiquice com tudo, como se o Conselho de Administração fosse o ADI. Não. O Conselho de Administração é um órgão da Assembleia Nacional.

E com esta minha intervenção, Sra. Presidente peço suspensão de 15 minutos.

A Sra. **Presidente**: — É regimental o líder parlamentar pedir suspensão, mas gostaria de saber aqui se posso permitir o Sr. Presidente do Conselho de Administração dizer qualquer coisa depois disso, senão vou atribuir os 15 minutos que pediu o líder, é regimental.

Srs. Deputados, vamos interromper os trabalhos.

Eram 15 horas.

A Sra. **Presidente**: — Vamos retomar a nossa reunião.

Eram 15 horas e 25 minutos.

Espero pelo líder que pediu a suspensão.

Espero que tenhamos chegado à um consenso.

Retomamos a nossa discussão, quem faz o uso da palavra? Alguém?

Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração.

O Sr. **Ekeneide Santos** (ADI): — Antes do nosso líder parlamentar do ADI ter pedido a suspensão de 15 minutos, eu tinha pedido a palavra, mas infelizmente não foi possível, era praticamente para explicar aquilo que de facto nós já tínhamos esclarecido com o Ministro das Finanças.

Na verdade, o Orçamento da Assembleia é aquilo que está no Diário da Assembleia Nacional, mas o que acontece e que não é de hoje, as Sras. e os Srs. Deputados sabem que o orçamento de qualquer instituição do Estado é uma previsão. Os 135 mil milhões são uma previsão, aquilo que o Estado transfere, ou pode transferir são cerca de 92 milhões, que fique claro. Agora se olharem bem para o Orçamento da Assembleia Nacional vão lá verificar que a Assembleia também tem outros apoios, outras receitas nomeadamente algumas promessas de algumas instituições, algumas Embaixadas, para completar o bolo completo do Orçamento Geral da Assembleia, que são os 135.

No ano passado e não vamos complicar, vamos olhar para os papéis, para os números. No ano passado o nosso Orçamento publicado eram 134 milhões, este ano 135, porque entra a questão dos Deputados da Diáspora, a questão também do subsídio de férias, certas questões que foram reajustadas muito pouco. Portanto, eu espero que esse esclarecimento esteja feito. E mais uma questão importante, as pessoas que estão a ouvir-nos, o Orçamento Geral da Assembleia, contempla também mais quatro ou cinco órgãos autónomos. Quando se fala aqui do bolo ficamos com a sensação de que a Assembleia Nacional gasta todo esse valor, não é verdade. Nós temos o Gabinete Técnico Eleitoral, nós temos a Agência de Protecção de Dados Pessoais, nós temos a GRIP, nós temos o Conselho Superior de Imprensa, todo esse valor, está incluído dentro do Orçamento Geral da Assembleia.

Portanto, eu espero que essa questão esteja ultrapassada, mas não sei se mais algumas pessoas têm alguma intervenção relativamente aos números. Quantos aos números é isso, e o Ministro explicou muito bem que no ano passado, o tecto do Orçamento era de 134 mil, mas o Governo fixou uma transferência de 90 mil e para este ano são 135, e o Governo fixou os 92 mil. Agora na forma como nós discutimos aqui, ficamos com a sensação de que são só o Orçamento são 92 mil, mas que aumentou-se para 135 mil, não é verdade, isto não corresponde à verdade e todos nós sabemos que qualquer tipo de orçamento é uma previsão, e a previsão deste orçamento aqui da Assembleia Nacional, que digo mais é uma previsão que já vem há mais de 5 anos, ou seja quase não mexemos, porque S.Tomé e Príncipe infelizmente não tem condições financeiras para custear todas as despesas que são elencadas no Orçamento, isso é uma realidade. Dou um exemplo bem prático, há quantos anos é que não está inscrito a reabilitação do edifício da Assembleia Nacional? Já há mais de duas legislaturas, mas nós estamos sempre a transferir, o Gabinete Médico estamos sempre a transferir, entre outras e outras, só para terem noção por exemplo também, os Órgãos Autónomos muitos deles carecem de melhores condições de edifício, mas como não há capital, não há verba, então não se faz a transferência, praticamente paga-se apenas os salários. É isso o que acontece.

Eu espero ter esclarecido, não sei têm mais alguma questão.

Mais uma vez, obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Presidente do Conselho de Administração. Esgotados que estão os esclarecimentos e as intervenções...

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Feito o esclarecimento pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração, agora sim posso colocar algumas questões, mas não se esqueçam que nós quando iniciamos a introdução do Orçamento da Assembleia, a polémica não foi levantada por nós, até porque, nem vou responder ao líder, porque sei como é que os debates são, está perdoado, e...

Murmúrios do ADI.

...não, ele se referiu a mim e falou que eu estou aqui há duas décadas com muito orgulho, e quero agradecer a quem está a contar essas datas do meu mandato.

Risos gerais.

Duas décadas de parlamento com muito orgulho. Agora vou ao Orçamento para levantar várias questões, embora estejamos pressionados pelo tempo, mas são questões que eu gostava de colocar para obter naturalmente alguns esclarecimentos do Conselho de Administração.

Eu li e eu quero dizer que até tenho muita dificuldade com novas tecnologias, digitar, processar o meu telefone, e há números que eu não vi, há rubricas que não vi preenchidas, eu falo e eu peço aos membros da 3.ª Comissão que me corrijam em relação ao Parlamento Infanto-Juvenil. Nós temos tido muitos problemas, porque a Assembleia e o Parlamento Infanto-Juvenil, aprovaram um plano de acção que vai até 2025, e para o cumprimento deste plano, no mínimo temos que ter alguma verba. Tivemos o último problema em Dezembro, com o Secretário-Geral fomos forçados a ter encontro com a Presidente da Assembleia e ultrapassar via extra para a resolução de um problema do Parlamento Infanto-Juvenil, e eu não vejo neste Orçamento qualquer verba em relação ao Parlamento Infanto-Juvenil.

Segundo aspecto, e aqui é dos princípios que o próprio Conselho de Administração coloca que é promover um bom ambiente de trabalho, eu tenho informações que no quadro de melhoria do funcionamento das bancadas, não tem sido regular as verbas das despesas correntes, e eu gostava de esclarecimento sobre isso, porque não havendo, não estou a falar aqui de investimento, se não houver verbas das despesas correntes para o funcionamento das bancadas, então como é que se atinge o objectivo, que é promover um bom ambiente de trabalho? Há outra questão da dignidade própria dos Deputados e eu aqui faço referência ao Príncipe, faço referência a Lembá, e faço referência a Caué ...

Uma voz do ADI: — Diáspora.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Diáspora não.

Risos.

Ouçam, aquilo que eu vou dizer, eu sei que é uma preocupação do Conselho de Administração em várias legislaturas, que é o transporte para essas regiões. Ainda hoje iniciamos o trabalho com atraso, por causa do transporte que foi a Caué.

Ouçam, eu tenho uma proposta, até se adquirir viaturas novas ou outras viaturas, façam cooperação com o Governo, não é que os Deputados de Caué e Lembá, e mesmo apoio aqui para o Príncipe não pode estar aqui andar nessas viaturas minha gente, não pode! A Assembleia tem que ter cooperação ou com a Comissão Eleitoral ou com o Governo para nos dias de plenária que não é constante, resolver esse problema. Eu vejo os Deputados do Príncipe nos dias normais, estando em S. Tomé, a andar de mota! Tem que se alocar uma viatura para os Deputados do Príncipe, para os pequenos expedientes da Assembleia. Não temos que esperar a compra de viaturas que talvez vai acontecer. E com esse problema agora de alocação de verba, vai ser difícil, então são problemas que eu acho que temos que resolver de imediato.

Outro assunto, ainda falando dos deputados que residem fora do distrito e nós fizemos uma reclamação ao Secretário-Geral e eu penso que é unânime dos Deputados que residem fora do distrito.

Ouçam não é possível nós estarmos a aceitar esse tipo de alimentação, não é possível. Não é, eu não quero dizer quais são os *plafond* que são atribuídos a alimentação, mas não dignifica nada o deputado. Eu ouvi o Presidente do Conselho de Administração a falar sobre um refeitório, temos que evoluir, os Deputados não podem estar aqui assim, com pratos na mão! E a nossa proposta é enquanto não se resolver isso, os Deputados que residem fora do distrito precisam do seu subsídio que está na lei, artigo 16.º do Estatutos dos Deputados de 2026! Que nos dêem o nosso subsídio de alimentação.

Ponto três, e eu se levanto isso é porque daqui a pouco nós vamos aprovar o orçamento, é que na rubrica «subsídio de refeição 010201», e há duas rubricas em relação a refeição 0103090 no Orçamento para 2024, então como é que vão resolver esse problema? Se nós demos entrada a carta, é que tem que se alocar a verba de acordo ao Regimento e eu depois vou fazer proposta na especialidade, nós estamos na generalidade sei que tem que aprovar tudo isso e há aqui outros abonos que é a rubrica 010399. Comecem a preparar o Conselho de Administração, está 2.400 bilhões ou 2.400 mil milhões, então temos que reafectar essa verba para atender a esses dois casos. Um que é o subsídio de alimentação aos deputados e atender a questão do Parlamento Infanto-Juvenil.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

Mais alguma intervenção? Sr. Presidente quer fazer o uso da palavra? Tem a palavra.

O Ministro também pediu.

Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Eu pedi a palavra para esclarecer um equívoco, julgo que estava aqui a confirmar, embora não precisasse, porque eu já conhecia o documento, mas de qualquer maneira estive a ver melhor para depois não cometer eu também o erro. Mas é preciso ser feito esse esclarecimento, porque pode depois, como é que eu diria, os equívocos podem resultar em erros de interpretação e convinha que isso não ocorresse, quando nós partimos de premissas erráticas, fazemos interpretações igualmente incorrectas.

Os números que eu aqui vejo são claros, facilmente interpretáveis, eu estou aqui a ver que no Gabinete do Primeiro-Ministro compreende para além do Ministério da Presidência, uma série de serviços, significa que dos 82 milhões que aqui se disse, incorporam também o Ministério da Presidência e dos Assuntos Parlamentares e todos os serviços de suporte ao próprio Gabinete do Primeiro-Ministro, como dos outros serviços também afectos a presidência nomeadamente, a TVS e a Rádio Nacional. Portanto a ideia subjacente de que o Gabinete do Primeiro-Ministro tem um orçamento quase equiparado ao Orçamento da Assembleia, os 92 milhões, não corresponde a verdade e eu queria só dizer isso para as coisas ficarem mais ou menos esclarecidas. Mensagens sibilinas levam à confusão e era preferível que nós tivéssemos pelo menos partindo de uma premissa correcta, para depois não estarmos a dizer coisas que depois não batem certo. Está aqui tudo elencado nesta página 6, todos os serviços e até são bastante, quer dizer que feitas bem as contas se calhar até é pouco, não é?

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração.

O Sr. **Ekeneide Santos** (ADI): — Eu anotei aqui quatro pontos do Sr. Deputado Arlindo Barbosa. O 1.º ponto relativamente ao Parlamento Infante-Juvenil, nós temos uma rubrica no valor de 300 mil dobras. Quando o Sr. Deputado diz que não consta nenhum valor, rubrica 0.05.01.10.

Relativamente a transferência para os Grupos Parlamentares, como o Sr. Deputado sabe é uma realidade do País, nem tudo o que nós projectamos para a Assembleia Nacional é a semelhança dos outros ministérios e das outras instituições, infelizmente não temos tido verbas suficientes nem finanças públicas, porque nós sabemos a realidade do País para cobrir todas as despesas afectas à Assembleia Nacional. E portanto com esse *deficit* é claro que algumas questões são cortadas aqui ao nível da Assembleia Nacional, e essas questões todas que levanta aqui, eu gostaria de dizer ao Sr. Deputado, que é legítimo levantar, mas são questões também que já foram discutidas com todos os membros de todos os partidos, a questão da transferência para os grupos parlamentares, a questão do Parlamento Infante-Juvenil. Bom é verdade que não estavam lá todos os Deputados, mas aqui cada um pode fazer o uso da palavra.

A questão do refeitório que aqui levanta, quero dizer ao Sr. Deputado que quando se fala do Orçamento da Assembleia Nacional ficamos com a sensação de que é um orçamento somente para os deputados, é essa a imagem com que as pessoas ficam. A Assembleia Nacional funciona com os Deputados e com os funcionários. É essa a questão, e há a necessidade de termos um refeitório, porque muitos funcionários não residem em Água-Grande, e não têm como ir e voltar todos os dias na hora do almoço. Portanto não só os funcionários, como os Deputados dos Distritos de Lembá e de Caué, que vêm muitas das vezes e têm que continuar na cidade, porque têm que continuar com as reuniões no período da tarde.

Portanto é um conjunto de questões que foram levantadas e nada o que está neste orçamento foi inventado, nem pelos membros do Conselho de Administração, nem pela Sra. Presidente, nem pelo Sr. Ministro, nem ninguém, são questões que foram levantadas, e eu tive o cuidado como Presidente do Conselho de Administração de anotar tudo o quanto foi levantado pelos Grupos Parlamentares, pelo Sindicato, pelos Serviços, pelos Órgãos Autónomos e com base nisso é que produzimos o nosso orçamento. Infelizmente quem não esteve presente no encontro foi o movimento BASTA, porque os deputados que estavam na efectividade de funções não estavam no país, e portanto não se poderia convidar os deputados suplentes para representar. Mas nós fizemos questão de convidar o movimento BASTA, para discutir o Orçamento pois entendemos que o Orçamento é de todos. Nós a nível da Assembleia Nacional, tudo quanto são Grupos Parlamentares, Sindicato, os Órgãos Autónomos, todos eles estiveram presentes e é com base nisso que nós produzimos o relatório final e é com base nesse relatório final que o Serviço Administrativo e Financeiro da Assembleia Nacional preparou o Orçamento adequado a essa realidade, tanto é que nós quando convidamos aqui o Sr. Ministro, de facto era pra nós conseguirmos

um engajamento para resolvermos os problemas que nós entendemos que são problemas prioritários da Assembleia Nacional. Nomeadamente a questão que levantou aqui dos transportes, e da alimentação dos Deputados que não são do distrito de Água-Grande que têm que estar cá. A questão dos transportes que nós sabemos as condições, são as pessoas que não vêm para a Assembleia é que não vêm as condições em que estão as viaturas da Assembleia, nos até discutimos, que fique claro, não vamos comprar viaturas pessoais para as pessoas que usam. Por exemplo, o Conselho de Administração tem direito a uma viatura, nós dissemos não. Abdicamos dessa viatura para que seja uma viatura colectiva, que sirva a todos os deputados e funcionários da Assembleia Nacional, sem excepção. Nós queremos evitar que a Assembleia Nacional compre uma viatura para ser do uso de um deputado, mas sim uma ou duas viaturas que sirvam para todos os Deputados e para os Serviços da Assembleia Nacional. Todas essas questões foram bem discutidas. Felizmente é verdade que o orçamento volto a dizer é uma previsão, mas mostrou alguma disponibilidade em podermos melhorar os serviços e nós colocamos lá, melhorias nos serviços dos grupos parlamentares também incluía essa questão de transferência, melhoria também em termos de materiais para o próprio funcionamento dos grupos parlamentares e dos funcionários da Assembleia Nacional. Portanto, essas vão ser as nossas primeiras prioridades aqui na Assembleia Nacional, melhorias nos serviços ao nível da Assembleia Nacional, depois outras grandes despesas. Com o tempo quem sabe se a Assembleia Nacional vai conseguir alguns apoios externos, e o cofre do Estado vai poder melhorar para todos nós os são-tomenses. Não é só para a Assembleia Nacional ,quem sabe poderemos ter melhores dias aqui na Assembleia, enquanto isso temos que fazer algum esforço.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Presidente do Conselho de Administração.
Tem a palavra, o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Obrigado ao Sr. Presidente do Conselho de Administração, por ter esclarecido algumas coisas, e eu acho que muitas delas é pra dignificar a própria classe. Aqui há um lapso do Deputado da diáspora, acho também que nesse rol de apoio de viaturas, entra a diáspora, porque vocês vêm de fora. Peço desculpa não ter dito.

O Parlamento Infanto-Juvenil, Sr. Deputado Presidente não é possível ter esses 300 mil nas despesas de capital, não é funcional, porque o Parlamento Infanto-Juvenil é uma questão permanente, são despesas correntes, por isso é que nós temos tido problemas.

O que eu peço ao Presidente do Conselho de Administração é que reveja isso, tirar esta verba. Porque, eu não vou esperar um parceiro e aliás fica caricato um parceiro que dá apoio de investimentos, dar apoio ao Parlamento Infanto-Juvenil. A minha intervenção é para pôr isso em despesas correntes, porque como despesa capital nunca mais essa verba sai de lá. E não vamos conseguir financiar, por causa dos compromissos que temos.

Muito obrigado.

Não vou falar mais.

Risos e murmúrios.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Esgotou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Conselho de Administração.

O Sr. **Ekeneide Santos** (ADI): — É só para fazer um esclarecimento. É para dizer às Sras. e Srs. Deputados que o Parlamento Infanto-Juvenil sempre foi uma prioridade aqui nesta Casa Parlamentar, tanto é que nas rubricas, dos poucos projectos aqui a nível das Comissões que foi executado a 100%. O Governo transferiu praticamente 100% para o Parlamento Infanto-Juvenil. É verdade também que isso fica como reflexão para as Sras. e Srs. Deputados, muitas comissões para funcionarem devem também apresentar um programa ou orçamento para que depois nós possamos incluir no orçamento. E tudo isso foi solicitado, se por exemplo as visitas de trabalho, os trabalhos de terreno e muito mais, devem ser eles todos. Por isso é que há essas auscultações para que as pessoas possam também apresentar. Agora, se chega ou não, é outra questão. Mas, é o que foi apresentado. É o que apresentam todos os anos e é transferido normalmente.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Sabemos que o Orçamento é uma previsão, é verdade, mas se não tivermos um programa, uma agenda, não se prevê nada, é verdade. Para nós prevermos devemos ter foco, vamos precisar de verba para esta e aquela situação, portanto não havendo, fica um bocado difícil.

Não sei se já estão esgotadas todas as intervenções.

Tem a palavra a Líder Parlamentar do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Obrigada, Sra. Presidente.

Eu tomo a palavra para dizer que há muitas coisas pelas quais a população de São Tomé e Príncipe não está esclarecida. Porque as pessoas só ouvem... existem algumas pessoas maldosas no nosso país que pintam a Assembleia Nacional, que pintam os Deputados e as Deputadas como se fossem coisas de outro mundo. Que os Deputados de São Tomé e Príncipe não fazem nada, que os Deputados estão a ganhar dinheiro do povo sem fazer nenhum, que os Deputados têm muitas regalias, que o salário mínimo dos Deputados são 25 mil dobras...

Uma voz do ADI: — O que não é verdade!

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — ... o que não corresponde a verdade. A população de São Tomé e Príncipe tanto os residentes como os não residentes, têm que perguntar os Deputados: «Como é a sua situação?» Têm que perguntar. E nós, eu sou uma delas, que posso perguntar, há quantos anos que não se mexe no salário dos Deputados? O custo de vida aumentou ou não aumentou? O combustível aumentou ou não aumentou? Os salários de há 10 anos continuam ainda a ser implementados na Assembleia Nacional. Os Deputados são vistos como quem ganha muito valor e eu costumo dizer às pessoas que eu vivo de dívidas, faço dívidas. Eu soube através de um cidadão, que nós os Deputados temos direito ao passaporte diplomático a qualquer momento. Tanto nós, como os nossos familiares somos beneficiados, porque quem faz todas essas despesas é a Assembleia Nacional. Isto corresponde à verdade? Nós temos que começar a esclarecer as coisas como elas são, temos que falar a verdade.

A Assembleia Nacional só assume o pagamento do passaporte diplomático para os Deputados, no momento da missão da Assembleia Nacional no exterior. Para a questão de saúde, para a questão da família, é cada um que tem que pagar o seu valor...

O Sr. **Jorge Bondoso** (ADI): — Estão a ouvir, não é?

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — ... tanto para fazer o passaporte, como o valor da passagem. Se por acaso temos a nossa família doente, somos nós que custeamos, andamos aqui a pedir apoio de alguns amigos para poder ajudar em casos de doença, como é possível? Qual é a dignidade? Como é que nós queremos que os Deputados sejam respeitados? A Assembleia Nacional é o segundo órgão de soberania, sendo o segundo órgão de soberania, temos que começar a ser tratados com respeito. Eu preciso de respeito. Eu quero que as pessoas me respeitem. Não fiquem aqui a pintar os Deputados de forma que querem, e nós os Deputados com os braços atados, não podemos fazer nada, porque amanhã vão criticar. Que critiquem! Se há benefícios para alguns, para algumas instituições, para alguns sectores, nós temos que dar dignidade aos Deputados. E outra coisa que andam aqui a dizer, que os Deputados têm isenção alfandegária, isso corresponde à verdade?

Vozes do ADI: — É mentira!

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Porque se corresponde, vocês têm que dizer-me. Porque há 1 ano fui para a Alfândega para levantar um bidão daquilo que os meus filhos conseguiram, para passar o Natal, eu tive que tirar dinheiro para pagar as despesas da Alfândega. Não corresponde à verdade. Mas são os Srs. Deputados que aprovaram aqui as leis que dão à outras instituições o direito à isenção alfandegária. Têm o direito de fazerem aquilo que quiserem com a sua isenção e nós sabemos, temos informações que existe alguém que não faz importação de automóveis, mas por ter isenção...

A Sra. **Presidente**: — Tempo! Tempo!

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Sra. Presidente, eu vou terminar já.

Por ter isenção, passa isenção para outras pessoas, enquanto nós que fazemos as leis, estamos aqui a fazer o trabalho de agulha. E muitos deputados que nos antecederam até hoje, não têm coragem de pôr as mãos na massa, de bater as mãos na mesa e dizer chega! Nós temos ouvido dizer que a Presidente da Assembleia ganha 100 e tal milhões. Isso corresponde à verdade?

Uma voz do ADI: — Alguma vez?

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Os líderes ganham 50, 60 e tal milhões, isso corresponde à verdade?

Uma voz do ADI: — É tudo mentira!

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Não corresponde à verdade, é tudo mentira e quem cala consente, e nós temos estado calados aqui nessa Casa Parlamentar. Quando for o momento para falarmos, nós não falamos.

Esta é a minha terceira legislatura, duas vezes eu vi a proposta de aumento salarial dos Deputados a serem retiradas, porque não querem, porque é melhor deixar assim e nós estamos assim. Só falta os Deputados e as Deputadas andarem com os sapatos rotos. Como é possível? E depois há uma tendência de olharem para nós de cima a baixo com um ar... quando alguém nos apresenta, «Olha esta é a deputada, líder parlamentar de um partido.» as pessoas olham assim de lado, com ar de desprezo. Como é possível? Temos que dar um basta nisso.

Vozes do ADI: — BASTA não!

Risos gerais.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Temos que parar com isso! Porque há muita coisa, Sr. Ministro das Finanças, o Sr. está no seu trabalho, mas há necessidade de nós pormos as mãos na consciência e ver aquilo que é. O que se deve fazer, que se faça.

Muito obrigada.

Aplausos gerais.

Murmúrios gerais.

A Sra. **Presidente:** — Vamos continuar. Estamos no quadro da discussão do Projecto de Resolução do Orçamento da Assembleia Nacional para o Ano Económico 2024.

Eu vou submetê-lo à votação na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. **Jorge Bondoso** (ADI): — *Kuma é sa kwa budu!*

Risos gerais.

O Sr. **Elákcio da Marta** (MLSTP/PSD): — 2024 está garantido.

A Sra. **Presidente:** — Sem mais demoras, vamos submeter à votação na especialidade. Preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 1.º. Aprovação do orçamento.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 2.º. Receitas.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 3.º. Despesas.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 4.º. Senhas de presença.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 5.º. Faltas.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 6.º. Execução.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 7.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Final global.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

É aprovado o Projecto de Resolução n.º 59/XII/3.ª/2023 – Orçamento da Assembleia Nacional para o Ano Económico 2024, com 52 votos favoráveis, ou seja, por unanimidade dos Deputados presentes na Sala.

Está aprovado o Orçamento.

Vamos passar para o sexto ponto que é a discussão e votação na generalidade, especialidade e final global da Proposta de Resolução n.º 23/XII/3.ª/2024 – Acordo de Empréstimo entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) no âmbito do Projecto de Reforço de Infra-estrutura do Sistema de Pagamentos e Inclusão Financeira.

Sem mais demoras, chamo o Sr. Ministro das Finanças para fazer a apresentação.

O Sr. Ministro do Planeamento e Finanças: — Obrigado, Sra. Presidente.

Trata-se de um acordo de financiamento à segunda fase do Projecto de Reforço de Infra-estrutura do Sistema de Pagamentos e Inclusão Financeira. Projecto esse que teve o início da sua implementação em 2018. Este projecto consiste em apoiar a SPAUT (Sociedade Gestora do Sistema de Pagamentos Automáticos de São Tomé e Príncipe) na aquisição e implementação de um sistema de pagamento de ponta, *switch* nacional e a redundância *disaster recovery* com o intuito de desbloquear todo o seu potencial em termos de processamento de pagamentos e obtenção de certificações internacionais de *Visa* e *Mastercard*.

A primeira fase está quase concluída com previsão de entrada em funcionamento no próximo mês de Abril e este financiamento vem para cobrir a segunda fase que consiste na possibilidade de apoiar o Banco Central de São Tomé e Príncipe a se munir de um sistema de transferência automática.

Como devem saber, hoje, a utilização do cartão *Visa* no País só é permitida através de um Banco e no momento não existe nenhuma instituição financeira no País que emite cartões de crédito. A conclusão deste projecto irá permitir exactamente que em São Tomé e Príncipe as instituições financeiras autorizadas possam todas elas obter a certificação internacional para a emissão do cartão *Visa* e *Mastercard*.

A primeira fase do projecto foi financiada com o donativo do BAD, avaliada em cerca de 2 milhões de dólares e este financiamento adicional para a segunda fase, avaliada em cerca de 3 milhões de dólares é feito através do FEN (Fundo Especial da Nigéria).

O acordo de financiamento foi rubricado no mês de Abril do ano 2023 e está a aguardar a ratificação da Assembleia Nacional para que se torne efectivo e permita que a implementação das acções do projecto sejam contínuas e possam ser concluídas no tempo regulamentar, para a melhoria do nosso sistema de pagamentos e da inclusão financeira, que é um dos objectivos que o Governo persegue para poder de certa forma facilitar os pagamentos.

Hoje, por exemplo há situações em que um cidadão em Caué, para pagar uma factura na EMAE, ele gasta com transporte, o valor superior à sua factura.

A conclusão deste projecto vai permitir que lá onde o cidadão se encontrar, ele poderá fazer o pagamento do serviço sem ter que se deslocar à Capital onde a maioria dos serviços está instalado.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Ministro.

Tem a palavra o Sr. Sólito Cunha Lisboa.

O Sr. **Sólito Cunha Lisboa** (ADI): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Assessores, Técnicos desta Casa Parlamentar e da Comunicação Social, muito boa tarde.

Passo à leitura do parecer.

«Parecer da 2.^a Comissão Especializada Permanente relativo à Proposta de Resolução n.º 23/XII/3.ª/2023 – Acordo de Empréstimo entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) no âmbito do Projecto de Reforço de Infra-estrutura do Sistema de Pagamentos e Inclusão Financeira.

Introdução.

Por despacho de Sua Excelência a Presidente da Assembleia Nacional, foi submetida à 2.^a Comissão Especializada Permanente, para análise e parecer, a Proposta de Resolução n.º 23/XII/3.ª/2023 que aprova o Acordo de Empréstimo entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Banco Africano de Desenvolvimento, no âmbito do Projecto de Reforço de Infra-estrutura do Sistema de Pagamentos e Inclusão Financeira.

A 2.^a Comissão reuniu-se no dia 27 de Dezembro de 2023, para dentre outros assuntos, proceder à apreciação do referido documento e indigitar o relator.

Enquadramento legal.

A iniciativa é exercida nos termos do n.º 1 do artigo 99.º e as alíneas e) e f) do artigo 111.º da *Constituição da República*, coadjuvado com os artigos 136.º e o n.º 1 do artigo 137.º do Regimento da Assembleia Nacional (RAN) e reúne ainda os requisitos formais previstos no n.º 1 do artigo 143.º todos do RAN.

Contextualidade.

O Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinou em 4 de Abril de 2023, o Acordo de Empréstimo com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), no âmbito do Projecto de Reforço de Infra-estrutura do Sistema de Pagamento e Inclusão Financeira.

Este Acordo tem como o objectivo geral promover a competitividade do sector financeiro e a inclusão financeira em São Tomé e Príncipe, e apoiar as autoridades a desenvolver um sistema nacional de pagamento, a melhorar a sua supervisão, a reforçar o quadro jurídico para incluir todos os pagamentos e serviços electrónicos e a desenvolver uma estratégia nacional de inclusão financeira.

Por outro lado, este Acordo visa tornar o sector financeiro mais competitivo e aprofundar a inclusão financeira, através da internacionalização do sistema de pagamentos, da melhoria do quadro político e dos instrumentos de pagamento electrónico e de segurança dos empréstimos.

Conclusão e Recomendação.

Tendo em conta que o financiamento decorrente deste Acordo, constitui uma oportunidade para reduzir os custos decorrentes das operações financeiras, com contrapartida de maior segurança e experiência aprimorada para os clientes, a 2.^a Comissão recomenda ao Plenário da Assembleia Nacional a aprovação do presente Acordo.

Eis, Excelência, o teor do parecer desta Comissão.

A Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional São Tomé, 3 de Janeiro de 2023.

O Presidente, Raúl do Espírito Santo Cardoso.

O Relator, Sólito da Cunha Lisboa Neto.»

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Sólito, relator da 2.^a Comissão.

Tem a palavra a Sra. Secretária da Mesa, para fazer a leitura da proposta de resolução.

A Sra. **Secretária**: — «Texto Final da Proposta de Resolução n.º 23/XII/3.ª/2023 – Acordo de Empréstimo entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), no âmbito do Projecto de Reforço da Infra-estrutura do Sistema de Pagamentos e Inclusão Financeira.

Preâmbulo.

Tendo em conta a necessidade de se reduzir os custos decorrentes das operações financeiras, com contrapartida de maior segurança e experiência aprimorada para os clientes, o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe assinou no dia 04 de Abril de 2023, o Acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), no valor de UC 2.400.000 (Dois milhões e quatrocentas mil Unidades de Conta), equivalente a USD 3.175.608,00 (Três milhões, cento e setenta e cinco mil e seiscentos e oito Dólares Americanos), visando a implementação do Projecto de Reforço da Infra-estrutura do Sistema de Pagamentos e Inclusão Financeira.

Considerando que o presente Acordo tem como objectivo geral promover a competitividade do sector financeiro e a inclusão financeira em São Tomé e Príncipe, ajudando as autoridades a desenvolver um sistema nacional de pagamentos, a melhorar a sua supervisão, a reforçar o quadro jurídico para incluir todos os pagamentos e serviços electrónicos e a desenvolver uma estratégia nacional de inclusão financeira;

Considerando ainda que este Acordo consiste, por outro lado, em tornar o sector financeiro mais competitivo e aprofundar a inclusão financeira, através da internacionalização do sistema de pagamentos, da melhoria do quadro político e dos instrumentos de pagamento electrónico e de segurança dos empréstimos.

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º. Aprovação.

É aprovado, para ratificação, o Acordo de Empréstimo entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), assinado no dia 4 de Abril de 2023, no âmbito do Projecto de Reforço da Infra-estrutura do Sistema de Pagamentos e Inclusão Financeira, cujo texto em língua francesa e a sua tradução em língua portuguesa, em anexo, fazem parte integrante da presente Resolução.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, a 6 de Fevereiro de 2024.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço.»

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Secretária da Mesa.

Está aberto o tempo para discussão.

Não havendo, vamos submeter à votação na generalidade, o texto final da Proposta de Resolução n.º 23/XII/3.ª/2023 – Acordo de Empréstimo entre o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), no âmbito do Projecto de Reforço da Infra-estrutura do Sistema de Pagamentos e Inclusão Financeira.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Está aprovada a proposta de resolução na generalidade com 52 votos a favor.

Vamos submeter à votação na especialidade.

Preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 1.º. Aprovação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Final Global.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

A Sra. **Presidente**: — Vamos ao sétimo ponto. Tratando-se de uma proposta de resolução também deve ser apresentada pelo Ministro.

Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, dos Assuntos Parlamentares e de Coordenação Sustentável**: — Este é o acordo que estabelece a criação da Facilidade Africana de Assistência Jurídica.

Ora, Srs. Deputados, no mundo moderno e globalizado alguns problemas são igualmente globais. Diria mesmo que muitas dessas questões são transversais aos nossos países.

Hoje a cooperação jurídica ou judiciária internacional é cada vez mais eficiente, mais eficaz, e tende cada vez mais a ser inclusiva.

Procura-se com essas parcerias evitar erros procedimentais de natureza jurídica ou formal.

Este acordo que estabelece a criação de Facilidade Africana de Assistência Jurídica é um instrumento em que as partes estabelecem por meio do mesmo acordo, a Facilidade de ajuda aos países africanos para o desenvolvimento da sua perícia, capacidade de negociação e de inclusão em acordos justos e equitativos no âmbito da gestão dos recursos naturais africanos, bem como em actividades extractivas.

O que se pretende é conferir a segurança jurídica dos negócios jurídicos. Estamos a falar por exemplo de contratos de vários domínios, de infra-estruturas, de energia e acordos internacionais de várias ordens. Pretende-se que estes contratos uma vez assinados tenham a garantia e segurança jurídica.

A mobilidade de pessoas, bens e capitais nos tempos que correm são cada vez mais transfronteiriças, são cada vez mais complexas, assim como os ordenamentos jurídicos, ou seja, mobilizam uma série de ordenamentos jurídicos. Dificilmente nos tempos de hoje, esses grandes contratos são contratos estritamente nacionais. Veja-se aquilo que nós temos hoje, onde interferem empresas de outros países, de várias latitudes, quer africanas quer europeias e até asiáticas. Significa que nós estamos a falar do ordenamento jurídico diverso e então é preciso ter um conhecimento mais profundo das leis para não se cometer erros e para não se comprometer os financiamentos. Esse interesse é sincero e numa aldeia mais global de comércio, comércio internacional seguro, integrado e complexo.

A relevância ou a pertinência de aderirmos a este acordo, remete-nos sempre para a necessidade de partilha de conhecimentos para a capacitação e formação de autores e protagonistas com relevância nesse assunto.

O que se pretende proteger, é obviamente o interesse dos membros. Falando aqui entre portas o que se pretende proteger é o interesse nacional.

Portanto, é preciso ter uma visão mais global, uma visão mais de macro-economia, mas também desenvolvimentista, partindo sempre do pressuposto que nada dessas coisas hoje faz-se sem o conhecimento global.

Houve um período em que nós eventualmente poderíamos pensar que era possível nós tratarmos desse assunto conhecendo só o que nós temos, conhecendo só o nosso ordenamento jurídico, as nossas leis, a nossa legislação, mas hoje sabe-se que afinal se quisermos ser seguros, se quisermos dar passos, digamos com protecção e segurança, é preciso conhecer, é preciso conversar, é preciso estarmos integrados numa aldeia mais global das questões jurídicas.

Só para terminar, dizer aqui que essa facilidade assumirá a forma de uma instituição internacional dotada de plena personalidade jurídica de acordo com as leis dos Estados-Partes no presente acordo e será em particular de capacitação jurídica para concluir contratos e outros acordos, adquirir ou alienar bens móveis e imóveis, e ser parte de um processo judiciário ou noutras formas processuais, jurídicas e administrativas.

Como já referi, no fundo aquilo que se pretende é a segurança quer jurídica quer financeira dos acordos que nós fazemos.

Todos os Estados participantes deverão tomar medidas legislativas e administrativas necessárias de acordo com o respectivo direito nacional para permitir a Facilidade, o exercício das suas funções e o cumprimento de seus objectivos.

Se quisesse dizer uma palavra mais compacta, ter-vos-ia dito que nem sempre os negócios que nós fazemos correm bem, exactamente porque nós temos uma visão nacional, ou uma visão restrita desses negócios. Então o negócio jurídico é feito com mais e melhores conhecimentos, dá-nos mais e melhores garantias.

Pronto, é sobre isso que se trata este acordo de estabelecimento de criação de Facilidade Africana de Assistência Jurídica.

Deixa-me dizer também, que ao ractificarmos este acordo não temos custos, digamos extras, na medida em que nós não temos que pagar quotas. Estou a falar nisto, porque há dias fiquei a saber quer dizer, fiquei a saber de quase tudo há dias, visto que ainda não estava dentro dessas matérias, mas para dizer que as quotas são um problema, quando nós aderimos a acordos e queremos fazer parte de organizações, é com muita frequência que ficamos com ónus de pagar também as quotas. Neste caso não temos que pagar quota, porque ela está incluída. Digamos numa ideia mais global que o Banco Africano de Desenvolvimento tem obviamente que garantir também que os seus investimentos sejam feitos com segurança.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Ministro.

Alguém que consiga desligar o microfone, por favor.

Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária, para apresentar a proposta de resolução.

A Sra. **Secretária**: — «Texto Final da Proposta de Resolução n.º 26/XII/3.ª/2023 – Acordo que Estabelece a Criação da Facilidade Africana de Assistência Jurídica.

Preâmbulo.

O Acordo que Estabelece a Criação da Facilidade Africana de Assistência Jurídica é um instrumento em que as partes estabelecem, por meio deste, a facilidade de ajuda aos países africanos para o desenvolvimento da sua perícia, capacidade de negociação e conclusão de acordos justos e equitativos no âmbito de gestão dos recursos naturais africanos, bem como das actividades extractivas.

Todos os Estados participantes deverão tomar as medidas legislativas ou administrativas necessárias de acordo com o respectivo direito nacional para permitir a Facilidade, o exercício das suas funções e cumprimento dos seus objectivos.

Atendendo que a facilidade assumirá a forma de uma instituição internacional dotada de plena personalidade jurídica de acordo com as leis dos Estados-Partes no presente Acordo e será detentora em particular da capacidade jurídica para concluir contratos e outros acordos, adquirir e alienar bens móveis e imóveis e ser parte num processo judiciário ou noutras formas de procedimentos jurídicos ou administrativos;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos das alíneas b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º. Aprovação.

É aprovado para ratificação, o Acordo que Estabelece a Criação da Facilidade Africana de Assistência Jurídica, cujo texto em língua inglesa e a sua tradução em língua portuguesa fazem parte integrante da presente Resolução.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, 1 de Fevereiro de 2024.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço.»

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Secretária da Mesa.

Aquando da apresentação para discussão do quarto ponto, eu tinha referido que não tinha recebido o parecer da 1.ª Comissão, mas não, naquele ponto por se tratar de uma autorização legislativa não carecia de exame em comissão, não era naquele ponto. É neste que vamos entrar agora é que não recebi o parecer da 1.ª Comissão. Justificam pelo trabalho que têm, também é verdade, sabemos que têm em mãos o pacote da Justiça, e não houve tempo material para produzirem o competente parecer que foi baixado a Comissão, mas as prerrogativas que nós temos permitem que nós apresentemos ao Plenário, e é o que estamos fazer. Portanto para dizer que não temos o parecer da 1ª. Comissão.

Assim sendo, submetemos a proposta de resolução à discussão.

Não havendo intervenções, vou submeter para análise na especialidade, a Proposta de Resolução n.º 26/XII/3.ª/2023 que é o Acordo que Estabelece a Criação da Facilidade Africana de Assistência Jurídica.

Preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 1.º. Aprovação

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos submeter para votação Final Global.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

A Sra. **Presidente**: — Vamos ao oitavo ponto que é a discussão e votação na generalidade, especialidade e final global do Projecto de Resolução n.º 61/XII/3.ª/2024, que autoriza a 1.ª Comissão Especializada Permanente funcionar durante o período de férias parlamentares.

Tendo em conta o número de pacote de trabalho que têm, então pediram que a Mesa anuísse os trabalhos da comissão durante as férias parlamentares.

Tem a palavra a Sra. Secretária, para apresentar a proposta de resolução.

A Sra. **Secretária**: — Esta missiva é proveniente da 1.ª Comissão, Comissão dos Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucionais, Administração Pública e Ética.

«Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Nacional.

Tendo a Comissão reunido em sessão de trabalho no dia 31 de Janeiro do ano para analisar dentre outros assunto a sua agenda, esta decidiu por unanimidade trabalhar durante o período de férias, a fim de continuar a discussão e votação na especialidade do pacote relativo à Reforma da Justiça e dos demais pendentes.

Assim sendo, submetemos a consideração de V.ª Ex.ª, que o assunto seja autorizado pelo Plenário da Assembleia Nacional.

A Comissão dos Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucionais, Administração pública e Ética em São Tomé, aos 5 de Fevereiro de 2024.

O Presidente da Comissão, Elísio Teixeira.»

A Sra. **Presidente**: — Depois da carta apresentada pela Comissão, nós precisamos de aprovar um projecto de resolução e peço também a Sra. Secretária da Mesa que faça a sua apresentação.

Tem a palavra a Sra. Secretária, para apresentar o projecto de resolução.

A Sra. **Secretária**: — «Projecto de Resolução n.º 61/XII/3.ª/2024 – Autorização para que a 1.ª Comissão Especializada Permanente funcione durante o período de férias parlamentares.

Preâmbulo.

Havendo a necessidade da 1.ª Comissão Especializada Permanente trabalhar durante o período de férias parlamentares a fim de continuar a discussão e votação na especialidade do pacote relativo a Reforma da Justiça e dos mais pendentes;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º. Autorização.

É autorizado, nos termos do n.º 1 do artigo 58.º da RAN, o funcionamento da 1.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional, durante o período de férias parlamentares a partir de 15 de Fevereiro.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 6 de Fevereiro de 2024.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço.»

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Secretária.

Como qualquer outro projecto de resolução nós temos um tempo para intervenção. Alguém quer intervir neste ponto?

Não querendo, vamos submeter para a votação na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos submeter à votação na especialidade. Preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 1.º. Autorização

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Submetendo para votação Final Global.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

É aprovado com 54 votos favoráveis, o Projecto de Resolução n.º 61/XII/3.ª/2024 – Autorização para que a 1.ª Comissão Especializada Permanente funcione durante o período de férias parlamentares.

Assim sendo terminamos o nosso exercício de hoje com êxito.

Agradeço as Sras. e Srs. Deputados pelo exercício, os nossos seguidores que certamente nos acompanharam desde manhã nesses trabalhos, os nossos agradecimentos.

Mas eu gostaria de informar, até porque os nossos internautas ficam à espera das nossas sessões, que amanhã vamos começar às 10 horas.

Até lá, que Deus nos proteja e guarde.

Está encerrada a sessão.

Eram 16 horas e 45 minutos.